

SOCIEDADE E VALORES DOS EUA

VOLUME 2

REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DOS EUA

NÚMERO 3

**Objetivo: uma única
América conversando
sobre as raças em âmbito
nacional**



— AGOSTO DE 1997 —

DOS EDITORES

A SOCIEDADE MULTIRACIAL DOS ESTADOS

Recentemente, o Presidente Clinton fez um discurso, por ocasião da formatura dos alunos de uma grande universidade, cujo tema foi a situação das raças nos Estados Unidos. "É chegada a hora," ele disse, de termos uma conversa importante e sem precedentes" sobre esse tema. Esta Revista Eletrônica trata da raça, da sua importância e de como o seu significado está sempre mudando na América atual, para que nossos leitores no exterior possam ter um contexto para compreender essa conversa.

Para muitos, a história das raças nos Estados Unidos está escrita em branco e preto. Com certeza a história dos Estados Unidos desde as grandes iniciativas no campo dos direitos humanos nas décadas de 50 e 60 tem tido esse ponto de vista como fio condutor. Essa perspectiva bipolar, no entanto, é questionada por alguns críticos como inexata e inadequada, devido à presença histórica de outros grupos na nossa nação, e devido ao crescimento desses grupos na paisagem norte-americana. De fato, muitos observadores acreditam que um conceito aperfeiçoado de raça incorporando essa visão mais abrangente dos papéis da cultura e da etnicidade resultará em uma percepção mais ampla da história e em uma formação mais equitativa e eficaz da política pública.

De certa forma, o termo "raça" não tem significado suficiente, ou tem um excesso de significados. Para alguns, raça é aquela combinação definida de traços históricos hereditários que caracteriza os grupos de pessoas. No outro extremo do espectro das definições, a raça passa a ser um código usado para rotular as identidades étnicas e até mesmo religiosas. Mas seja ela compreendida em termos de cor, etnia ou

grupos culturais, a raça é uma parte significativa da experiência humana.

A raça tem sido um divisor de águas, e ao mesmo tempo, motivo de confrontos na história dos Estados Unidos. A luta pela justiça social, definida de várias formas, acompanha, inexoravelmente, a realização do potencial e a realização dos objetivos da nação de modo geral. Portanto, falar sobre as raças freqüentemente significa falar também sobre a política e as questões políticas, como por exemplo, a ação afirmativa. O termo remete aos esforços ativos, no campo jurídico e social, iniciados com o Civil Rights Act (Lei de Direitos Sociais), de 1964, com o objetivo de melhorar as oportunidades educacionais e profissionais para os membros das minorias raciais. Os proponentes e oponentes continuam a discutir a conveniência das políticas de ação afirmativa, e esta revista inclui as opiniões do Presidente Clinton, assim como as de dois eminentes analistas.

O convite, feito pelo Presidente, para o diálogo, teve ampla repercussão, e a conversa deve continuar. Trata-se de um tópico muito amplo. Esta revista não deseja proporcionar uma visão histórica abrangente; não tentaremos apresentar respostas para todas as grandes questões que permanecem em aberto. Proporcionaremos um contexto para uma apreciação da complexidade do tema, com artigos que refletem visões diferentes e até mesmo contraditórias. Os artigos e a ampla bibliografia composta de fontes impressas e disponíveis eletronicamente, têm como objetivo ajudar o leitor a compreender esse diálogo peculiar aos Estados Unidos, e talvez, sugerir maneiras pelas quais a experiência americana possa ser relevante para outras nações e povos. ■

SOCIEDADE E VALORES DOS EUA

REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DOS EUA
VOL.2 / BUREAU DE INFORMAÇÃO / AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DOS EUA / No. 3



AGOSTO DE 1997

INDICE

OBJETIVO: UMA ÚNICA AMÉRICA CONVERSANDO SOBRE AS RAÇAS EM ÂMBITO NACIONAL

ÊNFASE

5

UM PAÍS VERDADEIRAMENTE UNIFICADO NO SÉCULO XXI

Em um discurso proferido por ocasião da formatura dos alunos de uma universidade em junho de 1997, o presidente Clinton pediu que se iniciasse uma reconciliação das raças, para iniciar o que ele chama de um esforço de um ano para levar a América a um "diálogo importante e sem precedentes sobre as raças". Ele também anunciou a criação de um comitê formado por sete consultores para ajudar a levar à frente essa iniciativa, promovendo um diálogo "em todas as comunidades do país".

COMENTÁRIO

12

AS RAÇAS NOS ESTADOS UNIDOS: PERCEPÇÕES E PARÂMETROS

Nossas considerações a respeito dos assuntos sugeridos pelo diálogo nacional nos Estados Unidos começam com algumas questões básicas referentes à raça, à diversidade e ao progresso nas diversas camadas da sociedade. Ronald Takaki, em um artigo, "A Different Mirror" (Um Espelho Diferente) expõe uma estrutura racial que transcende os limites entre o branco e o preto e demonstra que há assuntos não resolvidos, atualmente, nas relações entre as raças. Abigail e Stephan Thernstrom, em "The Cleveland Story" (A História de Cleveland) discutem os avanços ocorridos nas quatro últimas décadas, que freqüentemente têm sido ignorados, pois a crise, quando vem à tona, sempre fala mais alto. Ronald Ferguson examina o papel que a economia tem desempenhado na luta pela igualdade. Finalmente, os resultados de uma pesquisa feita pelo Instituto Gallup indicam a evolução das atitudes desde a década de 50, e alguns dados estatísticos da atualidade apontam os desafios ainda não vencidos.

27

AÇÃO AFIRMATIVA : FALANDO SOBRE UM DIVISOR DE ÁGUAS

Poucos são os assuntos, dentro do contexto de raça e diversidade, que estimulam tantos debates quanto a ação afirmativa. Nesta seção, Ricardo R. Fernandez argumenta que esta política aproximou os americanos do que seria, de fato, uma sociedade sem excluídos, e que, portanto, deveria ter continuidade. Glenn C. Loury sugere uma abordagem concentrada no desenvolvimento e não nas preferências, para a ação afirmativa. E William A. Galston apresenta algumas propostas de política para serem consideradas. Tais propostas levariam a sociedade norte-americana a uma etapa além do sistema atual e dos debates que continuam a ocorrer.

37

PERSPECTIVAS SOBRE AS RAÇAS

O assunto "raça" nos Estados Unidos continua a inspirar uma animada e intensa expressão de opiniões em todas as áreas do panorama político e social do país. Esta amostragem, preparada por Charlotte Astor, apresenta comentários recentes de várias fontes.

43

GLOSSÁRIO DOS TERMOS USADOS NESTA REVISTA

Esta seleção de termos foi feita a partir dos artigos contidos nesta revista e não reflete a questão racial, muito mais ampla, nos Estados Unidos, em toda a sua complexidade.

46

AVISO SOBRE ARTIGOS

50

LIVROS, ARTIGOS E SITES RELACIONADOS NA INTERNET

SOCIEDADE E VALORES DOS EUA

Jornalista Responsável.....Judith S. Siegel
Editor.....William Peters
Editores Executivos.....Charlotte Astor
.....Michael J. Bandler
Editores Associados.....Wayne Hall
.....Guy Olson
Colaboradores.....Carmen G. Aponte
.....Sandra S. Jackson
.....John A. Quintus
.....Rosalie Targonski
Diretora de Arte/Programador Visual.....Thaddeus A.
Miksinski, Jr.
.....Sylvia Scott
Editor de Internet.....Chandley McDonald
Especialistas em Referências e Pesquisa.....Mary
Ann V. Gamble
.....Kathy Spiegel

Conselho Editorial
Howard Cincotta Rosemary Crockett Judith S.
Siegel

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada duas semanas, examinam as principais questões que afetam os Estados Unidos e a comunidade internacional. As revistas -- ECONOMIC PERSPECTIVES (PERSPECTIVAS ECONÔMICAS), GLOBAL ISSUES (ASSUNTOS GLOBAIS), ISSUES OF DEMOCRACY (QUESTÕES DA DEMOCRACIA), U.S. FOREIGN POLICY AGENDA (AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS), e U.S. SOCIETY & VALUES (SOCIEDADE E VALORES DOS ESTADOS UNIDOS) -- apresentam análises, comentários e informações de caráter geral em suas áreas temáticas. Versões em francês e espanhol aparecem uma semana após a publicação da versão em inglês. As opiniões apresentadas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões e políticas do governo norte-americano. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a não ser que haja restrições de copyright mencionadas em alguma parte dos mesmos.

Os números atuais ou anteriores das revistas podem ser encontrados no seguinte endereço:

<http://www.usia.gov/journals/journals.htm>
ou na Home Page do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS) na World Wide Web. Eles se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o downloading, e a impressão. Os comentários serão bem recebidos no escritório mais próximo do USIS ou nos escritórios editoriais:

Editor, U.S. Society & Values
Society and Values - I/TSV
U.S. Information Agency
301 4th Street S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America

Você pode enviar o seu e-mail para este endereço:
ejvalues@usia.gov.

UMA ÚNICA AMÉRICA NO SÉCULO XXI

PRESIDENTE BILL CLINTON

(Condensado de um discurso proferido por ocasião da formatura de uma turma da University of California at San Diego [Universidade da Califórnia em San Diego], no dia 14 de junho de 1997)

Quero lhes agradecer por estarem oferecendo à nação um brilhante exemplo de excelência com profundas raízes nas muitas origens que compõem esta terra maravilhosa. Vocês desbravaram novos caminhos na ciência e na tecnologia, e exploraram novos horizontes da Bacia do Pacífico e da América Latina. Esta é uma excelente universidade para o Século XXI.

Hoje estamos comemorando as suas realizações em um momento muito especial para a América. A Guerra Fria pertence ao passado e a liberdade floresce no mundo inteiro. Pela primeira vez na história, mais da metade da população do planeta escolhe os seus próprios governantes.

Nossa economia está na sua fase mais saudável em toda uma geração, e é a mais poderosa do mundo. Nossa cultura, nossa ciência, e nossa tecnologia prometem avanços nunca antes imaginados e novas e interessantes carreiras. Os esforços para resolver nossos problemas sociais, do crime à pobreza, estão finalmente dando resultado.

É claro que alguns desafios os esperam. Além das nossas fronteiras, devemos combater o terrorismo, o crime organizado e o tráfico de drogas, a

disseminação das armas de destruição em massa, o possível aparecimento de novas doenças, e a ocorrência de desastres ambientais.

Em nosso país, devemos garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de desenvolver as aptidões que Deus lhes deu. Não podemos esperar até que elas estejam em apuros para então percebermos o que está acontecendo.

Devemos continuar a combater o flagelo das gangues, do crime e das drogas. Devemos nos preparar para a aposentadoria da geração que nasceu no período da explosão populacional [e] reduzir os índices de pobreza na infância...Devemos utilizar as forças da ciência e da tecnologia para o bem comum, o bem de todo o público americano.

No entanto, acredito que o nosso maior desafio é também a nossa maior oportunidade. De todas as questões referentes à discriminação e ao preconceito que persistem em nossa sociedade, a que causa a maior perplexidade é a mais antiga, e de certa forma, no momento, a mais nova: a questão racial. Podemos cumprir a promessa da América, abraçando todos os nossos cidadãos de todas as raças, não apenas em uma universidade na qual as pessoas têm o privilégio de contar com talentosos professores e com tempo para refletir e crescer, e conhecermos uns aos outros na rotina diária de todas as comunidades do país?

Resumindo, podemos ser um só país no século XXI?

Eu sei, e já disse antes, que o dinheiro não pode comprar esse objetivo, o poder não pode nos obrigar a atingí-lo, e a tecnologia não pode criá-lo. Trata-se de uma coisa que só pode nascer no espírito humano -- o espírito que vimos [aqui, hoje] quando um coro de muitas raças cantou como um coro evangélico.

Hoje, o estado do Havaí, representado neste evento por um senador e uma congressista, não possui uma raça ou grupo étnico que se possa ser considerado maioria. Trata-se de um lugar maravilhoso e exuberante, onde a amizade e o patriotismo imperam. Dentro de cinco anos, aqui na Califórnia, não haverá uma única raça ou grupo étnico que constitua a maioria da população do estado. Cinco dos nossos maiores distritos escolares já atraem alunos de mais de 100 grupos raciais ou étnicos diferentes. Os ganhadores de doze Prêmios Nobel de nove países diferentes foram alunos ou professores neste campus. Daqui a meio século, quando os seus netos estiverem na universidade, não haverá uma raça que represente a maioria da população do país.

Agora sabemos que aparência teremos, mas como seremos, realmente? Podemos ser uma América que respeite e até mesmo reverencie, as nossas diferenças, mas que acate ainda mais o que temos em comum? Podemos definir o que significa ser americano, não apenas em termos de hifens que mostram nossas origens étnicas, mas em termos do nosso compromisso básico com os valores essenciais da América, os valores que nos norteiam? Nossos corações querem responder que sim, mas a nossa história nos lembra que isso será difícil. Os ideais que nos unem são tão antigos quanto a nossa nação, mas as forças que nos separam são igualmente antigas. Nossos fundadores quiseram formar "uma união mais perfeita"; a humildade e a esperança dessa frase é a história da América e é a nossa missão, hoje.

Pensem nisso: Nosso país nasceu com uma Declaração de Independência que garantia que todos nascemos iguais, e uma Constituição que preservava a escravidão. Lutamos uma sangrenta guerra civil

para abolir a escravidão, mas continuamos a ser uma casa dividida e governada por leis desiguais por mais um século. Em nome da liberdade, avançamos continente adentro, mas ao fazê-lo, varremos os americanos nativos de suas terras, freqüentemente destruindo sua cultura e seus meios de sobrevivência. Nossa Estátua da Liberdade dá as boas vindas às massas pobres, cansadas e amontoadas de imigrantes às nossas fronteiras, mas cada nova leva sentiu na própria pele a discriminação.

Na Segunda Guerra Mundial, americanos de origem japonesa lutaram valentemente pela liberdade na Europa, sofrendo pesadas perdas, enquanto, em casa, suas famílias eram confinadas em campos de internamento. Os famosos aviadores de Tuskegee não perderam nenhum dos bombardeiros que estiveram sob a sua guarda durante a guerra, mas sua herança afro-americana lhes custou muitos direitos quando eles voltaram para casa em paz.

Embora as minorias tenham, atualmente mais oportunidades do que nunca, a intolerância ainda é evidente — desde a violação das casas de oração, sejam elas igrejas, sinagogas ou mesquitas, até os comentários preconceituosos nos escritórios das grandes empresas. Vocês, da turma de 1997, ainda têm muito trabalho pela frente.

Mas aqueles que dizem que não podemos transformar o problema do preconceito na promessa da unidade esquecem o quanto progredimos, e eu não acredito que eles tenham visto um grupo de pessoas como vocês.

Quando olho para vocês é quase impossível recordar minha própria vida. Cresci em meio ao drama da Guerra Fria, no patriótico sul do país. Sulistas brancos e negros envergaram o uniforme de nossa nação em defesa da liberdade e contra o comunismo. Eles lutaram e morreram juntos, da Coréia ao Vietnã. Mas aqui, nos Estados Unidos, eu freqüentei escolas segregadas, nadei em piscinas públicas segregadas, sentei em seções só para brancos em cinemas, e passei por pequenas cidades em meu estado onde ainda havia banheiros e bebedouros identificados pelos dizeres "brancos" e "pessoas de cor".

Graças a Deus, meu avô, que só freqüentou a escola primária, mas que possuía o coração de um

verdadeiro americano, me ensinou que aquilo (a segregação) não estava certo. E graças a Deus, houve afro-americanos corajosos como o congressista John Lewis, que muitas vezes arriscaram suas vidas para acabar com que estava errado. E houve também americanos brancos, como o congressista Bob Filner, um defensor da liberdade que andou no mesmo ônibus em que John Lewis estava, na longa e nobre luta pelos direitos civis, que sabiam que aquela luta também libertaria os brancos.

E claro que ainda há problemas antigos e não resolvidos entre americanos negros e brancos, mas o clássico dilema americano agora se desdobra em muitos dilemas de raça e etnicidade. Nós vemos essa situação na tensão entre os fregueses negros e hispânicos e os coreanos e árabes, donos de mercearias; na volta do anti-semitismo até mesmo no meio acadêmico; em uma hostilidade para com os novos imigrantes da Ásia, do Oriente Médio, dos antigos países comunistas, da América Latina e do Caribe — até mesmo aqueles que, devido ao seu árduo trabalho e à força de suas famílias, obtiveram sucesso nos padrões do modo de vida americano.

Vemos uma tendência alarmante de se atribuir a grupos inteiros, inclusive à maioria branca, a conduta indesejável de alguns de seus membros. Se um negro americano cometer um crime, condenem o ato — mas lembrem-se de que a maioria dos negros americanos é constituída de cidadãos trabalhadores e cumpridores da lei. Se o membro de uma gangue de latinos estiver traficando drogas, condenem o ato — mas lembrem-se, os hispânicos são, na sua esmagadora maioria, cidadãos responsáveis que também lamentam os males que a droga causa às nossas vidas. Se adolescentes brancos quase matam um jovem negro americano de pancada, pelo amor de Deus, condenem o ato — mas lembrem-se, a maioria dos brancos também achará esse ato odioso. Se uma comerciante asiática discriminar seus fregueses de outra minoria racial, ela deve ser repreendida — mas lembrem-se de que muitos e muitos asiáticos já carregaram o fardo do preconceito e não querem que outras pessoas passem por isso.

Lembrem-se, também, apesar da persistência do

preconceito, de que nunca estivemos tão integrados. Muitos, entre nós, compartilham bairros, empregos, escolas, e atividades sociais, vida religiosa, e até mesmo o amor, com outras raças do que em qualquer período, no passado. Muitos, entre nós, apreciam a companhia de outros e suas diferentes culturas, do que em qualquer outra época. E, mais do que nunca, compreendemos os benefícios de nossa diversidade racial, lingüística e cultural em uma sociedade global, na qual redes de comércio e comunicações nos aproximam uns dos outros e trazem grandes recompensas àqueles que realmente compreendem a vida além das fronteiras da sua nação.

Com apenas um vinte/avos da população do mundo, mas um quinto da renda mundial, nós, na América, simplesmente temos que vender para os outros 95 por cento dos consumidores do mundo, só para manter o nosso padrão de vida. Como temos, em nossas origens, todas as culturas da Terra, nossa posição é ideal para isso. Além do comércio, a diversidade de origens e talentos dos nossos cidadãos podem ajudar a América a iluminar o mundo, mostrando a nações profundamente divididas pela raça, religião e diferenças tribais, que existe um caminho melhor.

Finalmente, como vocês mostraram hoje, nossa diversidade enriquecerá nossas vidas de maneira espiritual - aprofundando a nossa compreensão da natureza humana e das diferenças entre os seres humanos, tornando nossas comunidades mais interessantes, mais agradáveis, e mais significativas. É por isso que eu estou aqui hoje, para pedir ao povo americano que se una a mim em um grande esforço em âmbito nacional, para cumprir, com perfeição, a promessa da América para essa nova era, ao tentarmos construir nossa união mais perfeita.

Agora, quando há mais motivos para a esperança do que para o medo, quando não estamos motivados por alguma emergência ou cataclismo social, é chegado o momento de aprendermos juntos, falarmos e agirmos juntos, para construir uma América.

Eu sei que muitos americanos brancos podem ter a impressão de que esta conversa os exclui ou os ameaça. Isso não deve ser assim. Acredito que os

americanos brancos têm tanto a ganhar quanto qualquer outro grupo, ao participar deste esforço — tanto a ganhar de uma América onde nós finalmente nos responsabilizamos por todas as nossas crianças para que elas, possam finalmente, ser julgadas, como Martin Luther King esperava, "não pela cor da sua pele, mas pelo conteúdo do seu caráter".

O que devemos fazer? Nos últimos quatro anos e meio, tenho trabalhado para preparar a América para o século XXI com uma estratégia de oportunidades para todos, responsabilidade de todos, e uma comunidade americana de todos os nossos cidadãos. Para obter sucesso em todas essas áreas devemos lidar com as realidades e com as percepções que afetam todos os grupos raciais na América.

Antes de mais nada, precisamos continuar a expandir as oportunidades. Total participação na nossa forte e crescente economia é o melhor antídoto para a inveja, o desespero e o racismo. Precisamos ir em frente para tirar milhões da pobreza e da ajuda do governo, e proporcionar trabalho a eles; para levar a centelha da iniciativa aos bairros pobres das grandes cidades; para redobrar nossos esforços para alcançar aquelas comunidades rurais que ficaram à margem da prosperidade. E, acima de tudo, simplesmente precisamos dar aos nossos jovens a melhor educação do mundo.

Não há crianças que, por causa de sua origem racial ou étnica, não possam atingir os mais altos padrões acadêmicos se nós estabelecermos esses padrões e avaliarmos nossos alunos em conformidade com eles, se lhes proporcionarmos professores bem treinados e salas de aula bem equipadas, e se continuarmos a patrocinar reformas razoáveis para chegarmos a um patamar de excelência, como o movimento da educação padronizada.

Em um momento no qual a formação universitária significa estabilidade, um bom emprego, um

passaporte para a classe média, devemos abrir as portas da universidade para todos os americanos e devemos fazer com que pelo menos dois anos de curso superior signifiquem o que o diploma de segundo grau significa hoje.

Nos nossos esforços para estender as oportunidades econômicas e educacionais para todos os nossos cidadãos, devemos levar em consideração o papel da ação afirmativa. Eu sei que a ação afirmativa não tem sido perfeita na América — é por isso que, dois anos atrás, começamos a fazer um esforço para reparar o que está errado nela — mas quando usada da maneira correta, ela tem funcionado.

Ela nos deu toda uma geração de profissionais em campos que antigamente eram clubes exclusivos — nos quais pessoas como eu recebiam os benefícios da ação 100 por cento afirmativa. Agora há mais empresas de propriedade de mulheres do que em qualquer outra época. Há mais advogados, e juizes, cientistas e engenheiros, contadores e executivos negros, latino-americanos e americanos de origem asiática do que em qualquer outra época.

Mas o melhor exemplo de ação afirmativa bem sucedida está nas forças armadas. Nas nossas forças armadas há diversidade em todos os níveis — elas talvez formem a instituição mais integrada na nossa sociedade e certamente são as forças armadas mais integradas no mundo. E, acima de tudo, ninguém duvida de que elas são as melhores do mundo. Portanto, não se pode afirmar que a excelência e a adversidade não caminham lado a lado.

Há os que afirmam que resultados em testes padronizados devem ser a única forma de avaliar a qualificação para o ingresso em faculdades e universidades. Mas muitos não aplicariam o mesmo critério para os filhos dos ex-alunos ou aqueles que possuem capacidade para praticar esportes.

A crédito que um corpo discente que reflita a excelência e a diversidade das pessoas com as quais viveremos e trabalharemos possui valor educacional independente. Vocês não acham que aprenderam muito mais do que teriam aprendido se todos os seus colegas tivessem a mesma aparência? Eu acho que aprenderam.

E além do valor educacional para vocês, existe um interesse público, porque vocês aprenderão a viver e a trabalhar melhor no mundo nos quais viverão.

Quando os jovens convivem e estudam com pessoas de muitas origens diferentes, eles aprendem algo que podem levar consigo para o mundo. E eles serão cidadãos mais eficientes.

Muitos estudantes da ação afirmativa são excelentes. Ele se esforçam, atingem seus objetivos, se formam e servem às comunidades que precisam deles, que precisam dos seus conhecimentos profissionais especializados e do modelo que eles representam. Se [nós] fecharmos a porta para eles, enfraqueceremos nossas melhores universidades e será mais difícil construir a sociedade da qual precisaremos no século XXI.

Eu sei que o povo da Califórnia não teve más intenções quando votou contra a ação afirmativa. A grande maioria da população simplesmente o fez com a convicção de que a discriminação e o isolamento já não são mais barreiras para o sucesso. Mas pensem nos resultados. As matrículas dos representantes das minorias nas faculdades de direito e outros cursos de pós-graduação estão diminuindo pela primeira vez em dezenas de anos. O mesmo provavelmente acontecerá nos cursos de graduação. Não devemos voltar a segregar a educação ou atribuir às universidades particulares o trabalho das instituições públicas.

No momento em que precisamos nos esforçar mais para vivermos e aprendermos juntos, não devemos parar de equalizar as oportunidades econômicas. Àqueles que se opõem à ação afirmativa, eu peço que apresentem uma alternativa. Eu a acataria [essa alternativa] se pudesse encontrar uma solução melhor. E àqueles entre nós que ainda apóiam a ação afirmativa, eu digo que devemos continuar a defendê-la. Devemos procurar aqueles que não concordam ou que não têm certeza, e devemos falar com eles sobre o impacto prático dessas questões; sempre devemos estar dispostos a trabalhar com aqueles que discordam de nós. Assim poderemos encontrar novos meios de melhorar as vidas das pessoas e de uní-las.

Além da oportunidade, devemos exigir que cada americano seja responsável. Para que tenhamos força como sociedade, é preciso que...as pessoas sejam responsáveis por elas mesmas e pelas suas famílias, ensinando bons valores a seus filhos, trabalhando arduamente e obedecendo à lei. A nova economia oferece menos garantias, mais riscos e maiores recompensas. Ela exige que todos nós sejamos ainda mais responsáveis pela nossa própria educação do que em qualquer outra época.

Na atual fase favorável da economia, somente um grupo racial ou étnico na América tem sofrido, de fato, uma diminuição nos seus ganhos — os hispano-americanos. Uma das principais razões é que as taxas de evasão escolar no segundo grau entre os hispânicos estão bem acima — na verdade, muito acima — daquelas dos brancos e negros. Alguns elementos que abandonam a escola têm, de fato, demonstrado grande disposição para o trabalho. Admiramos a legendária disposição para aceitar trabalho árduos, com longas jornadas e baixos salários. Na economia antiga, isso significava responsabilidade. Mas na nova economia, na qual a educação é a chave do sucesso, responsabilidade significa continuar na escola.

Não existe responsabilidade maior do que cumprir a lei. Insistir para que todos os americanos o façam não é ser racista. A luta contra o crime e as drogas é uma luta pela liberdade de todos, incluindo aquelas — talvez especialmente aquelas — minorias que vivem nos nossos bairros mais pobres. Mas o respeito pela lei deve ser de parte a parte. A chocante diferença nas percepções da lisura do nosso sistema de justiça criminal se origina das experiências reais que um número enorme de representantes das minorias já teve com policiais. Parte da resposta está em fazer com que todos os nossos cidadãos respeitem a lei, mas a norma básica deve ser que a lei deve respeitar todos os nossos cidadãos.

E isso se aplica também à observância das nossas leis referentes aos direitos civis. Por exemplo, a Comissão de Oportunidades Iguais Para Empregos tem muitos casos acumulados de processos de discriminação — embora tenhamos reduzido o número de casos acumulados em 25 por cento nos últimos quatro anos. Não podemos fazer muito melhor, a não ser que obtenhamos mais recursos.

É imperativo que o Congresso — especialmente os membros que se dizem a favor dos direitos civis mas são contra a ação afirmativa — pelo menos nos dê o dinheiro de que precisamos para fazer cumprir a lei do país, e é bom que isso aconteça logo.

Nossa terceira condição talvez seja a mais difícil de todas. Precisamos construir uma comunidade americana baseada no respeito mútuo e nos valores que compartilhamos. Precisamos começar com uma conversa sincera sobre a situação das relações entre as raças na atualidade e as implicações de termos americanos de tantas raças diferentes vivendo e trabalhando juntos, no limiar de um novo século. Devemos ser honestos uns com os outros. Já falamos um para o outro e uns dos outros por muito tempo. Está na hora de começarmos a falar uns com os outros.

No decorrer do próximo ano, quero liderar o povo americano em uma grande conversa sem precedentes sobre as raças. Em esforços comunitários de Lima, Ohio, a Billings, Montana, em extraordinárias experiências em comunicações entre raças diferentes como o projeto adequadamente chamado ERACISM, eu tenho visto o que os americanos podem fazer se baixarem a guarda e estenderem as mãos.

Pedi a um dos maiores educadores dos Estados Unidos, o Dr. John Hope Franklin, para presidir uma comissão de sete americanos do mais alto nível para me ajudar nesse trabalho. Ele se unirá aos ex-governadores Thomas Kean, de New Jersey, e William Winter, do Mississippi, dois grandes batalhadores pelos direitos civis; a Linda Chavez-Thompson, vice-presidente executiva da AFL-CIO (organização de âmbito nacional que reúne sindicatos e associações de trabalhadores); a líder religiosa Suzan Johnson Cook, ministra do Bronx e ex-integrante da equipe da Cada Branca (White House Fellow); a Angela Oh, advogada e líder comunitária de Los Angeles; e a Robert Thompson, o executivo chefe da Nissan U.S.A. — líderes de renome, líderes nas suas comunidades.

Quero que essa comissão ajude a educar os americanos sobre os fatos a respeito da questão racial; a promover um diálogo em casa comunidade do país para enfrentar e resolver essas questões; a obter adesões e a encorajar as

lideranças em todos os níveis, para ajudar a romper as barreiras entre as raças; e a encontrar, recomendar, e desenvolver soluções concretas para os nossos problemas - soluções que nos envolverão a todos no governo, nas empresas e comunidades, e como cidadãos.

Farei relatórios periódicos ao povo americano sobre o que descobriremos e o que nós todos teremos que fazer para levar a América à frente. Essa comissão procurará e ouvirá americanos de todas as raças e de todas as profissões. Essas pessoas estão prestando um grande serviço como cidadãos, mas quando se trata da causa de construir uma América, todos os cidadãos precisam fazer a sua parte.

Como eu disse na President's Summit on Service (Reunião de Cúpula Sobre Serviços com o Presidente) na Filadélfia, em nossa nova era, tais serviços são atos básicos de cidadania. O governo deve cumprir o seu papel, mas a maior parte do trabalho deve ser feita pelo povo americano como serviços prestados pelos cidadãos. Esse esforço servirá para nos tornar mais fortes e para nos aproximar uns dos outros.

No início não será fácil estabelecer um diálogo honesto. Todos nós teremos que superar nossa atitude defensiva, nosso medo, nossa atitude politicamente correta e outros obstáculos. As emoções poderão ficar à flor da pele, mas precisamos começar.

O que eu realmente quero que consigamos como país? Se apenas conversarmos, será interessante mas não será o suficiente. A mera proposta de atos de política sem conexão entre si será útil, mas não será o suficiente.

Mas se daqui a 10 anos as pessoas olharem para trás e virem que este ano de diálogo honesto e ação coordenada ajudou a remover o pesado fardo racial do futuro das nossas crianças, teremos dado um presente precioso à América.

Preço a todos vocês que se lembrem por um momento - agora que já passamos pelo difícil julgamento da explosão de Oklahoma City - daquele dia terrível, quando vimos o que aconteceu e choramos pelos americanos e esquecemos por um momento que havia muitos deles, de raças diferentes...

Lembrem-se das muitas faces e raças dos americanos que não dormiram e arriscaram suas vidas para resgatar, ajudar e curar. Lembrem-se de que vocês viram coisas parecidas por ocasião dos desastres naturais na Califórnia. Esta é a face da América de verdade. Esta é a face que eu já vi muitas vezes. De alguma forma, esta é a América, e nós temos que fazer com que esta seja a realidade na vida americana, todos os dias.

Formandos, vocês terão uma oportunidade melhor de realizar os seus sonhos do que qualquer geração na nossa história, se pudermos fazer de nossas muitas correntes uma só América — uma nação em paz consigo mesma, unida por valores compartilhados, aspirações, oportunidades e pelo verdadeiro respeito pelas nossas diferenças.

Sou um batista do sul dos Estados Unidos, de origem escocesa e irlandesa, e tenho orgulho do que sou. Mas a minha vida foi muito enriquecida pelo poder da Tora, pela beleza do Alcorão, pela penetrante sabedoria das religiões do Oriente e do Sul da Ásia — todas adotadas pelos meus compatriotas. Senti alegria e paz indescritíveis em igrejas negras e pentecostais. Aprendi a amar a intensidade e a dedicação dos meus compatriotas hispânicos no que diz respeito à família. Como sulista, cresci com a música country e feiras estaduais e ainda hoje gosto dessas coisas. Mas também me encantei com muitos festivais e com a música, a arte e a cultura dos índios americanos e dos americanos de todas as regiões do mundo.

Em cada país que visitei como Presidente dos Estados Unidos, eu me senti mais à vontade porque algumas pessoas da área encontraram um lar na América. Durante dois séculos, levadas sucessivas de imigrantes têm chegado às nossas praias para construir uma nova vida, atraídos pela promessa de liberdade e uma oportunidade justa. Seja o que for que tenham encontrado, até mesmo a intolerância e a violência, a maioria deles nunca desistiu da América. Nem mesmo os negros desistiram da América, embora os primeiros que chegaram aqui estivessem acorrentados.

Cabe a vocês provar que essa fé era merecida. A vida em ilhas de isolamento - algumas esplêndidas e algumas sórdidas — não é o jeito americano. Basear o conceito que temos de nós mesmos na possibilidade de desprezar os outros não é o jeito

americano. Ficar satisfeito quando se tem o que se quer e não se importar se os outros não têm nem o que precisam e merecem não é o jeito americano. Já derrubamos as barreiras das nossas leis. Agora precisamos derrubar as barreiras das nossas vidas, das nossas mentes e dos nossos corações.

Há mais de 30 anos, no ápice do movimento pelos direitos civis, a comissão Kerner disse que estávamos nos transformando em duas Américas, uma branca e outra negra, separadas e desiguais. Hoje, enfrentamos uma escolha diferente: Vamos nos transformar em não apenas duas, mas muitas Américas, separadas, desiguais e isoladas? Ou vamos, com a força de todo o nosso povo e com a nossa antiga fé na qualidade da dignidade humana, nos transformar na primeira democracia multirracial verdadeira do mundo? Esta é a obra inacabada no nosso tempo, para remover o fardo da raça e resgatar a promessa da América.

Turma de 1997, eu cresci nas sombras de uma América dividida, mas vi, de um relance, uma América unida. Hoje vocês me mostraram este relance. Esta é a América que vocês farão. Ela começa com os seus sonhos. Portanto sonhem alto, realizem os seus sonhos, desafiem seus pais e ensinem bem aos seus filhos.

AS RAÇAS NOS EUA: Percepções & Parâmetros

Nossas considerações sobre as questões sugeridas pelo diálogo nacional dos Estados Unidos começam com algumas questões básicas a respeito de raça, diversidade e progresso em toda a Sociedade. Ronald Takaki, em um artigo, “A Different Mirror” (Um Espelho Diferente), aponta para uma estrutura racial que transcende a divisão entre brancos e negros, e observa os assuntos não resolvidos que ainda existem nas relações raciais. Abigail e Stephan Thernstrom, em “The Cleveland Story” (A História de Cleveland), discutem os ganhos da quatro últimas décadas que frequentemente têm sido obscurecidos quando a crise se manifesta de maneira mais aguda. Ronald Ferguson examina o papel que a economia tem desempenhado na luta pela igualdade. Finalmente, os resultados de um estudo realizado pelo Instituto Gallup indicam a evolução das atitudes desde a década de 50, e algumas estatísticas atuais apontam para os desafios que ainda existem.

UM ESPELHO DIFERENTE: PARA VER OS ESTADOS UNIDOS COMO UMA SOCIEDADE MULTIRRACIAL

RONALD TAKAKI

Quando o Presidente Bill Clinton descreveu a sociedade dos Estados Unidos como “multirracial” no seu discurso proferido no dia 14 de junho em San Diego, ele não apenas

estava nos dizendo o que seremos no próximo século mas também o que temos sido desde os primeiros tempos nas costas da Virgínia e de Massachusetts no século XVII.

Dentro de 50 anos, ele observou, não haverá uma “raça majoritária” na América. Em outras palavras, todos nós seremos minorias. As projeções indicam que até o ano 2050, a população dos Estados Unidos será 50 por cento branca (ou seja, diminuirá, em vista dos atuais 73 por cento), 24 por cento hispânica (mais do dobro dos atuais 11 por cento), 14 por cento negra (um ligeiro crescimento a partir dos 12 por cento atuais) e 10 por cento de origem asiática (mais do dobro dos atuais 4 por cento). Esta transformação demográfica ocorrerá na Califórnia dentro de poucos anos, e já aconteceu em muitas grandes cidades no país inteiro.

Essa mudança na “cara” da América pode ser temida como “uma desunião da América”. Mas também podemos aceitá-la de bom grado como uma oportunidade de reconhecermos nossa diversidade e aceitar uma visão mais abrangente de quem somos como americanos.

Nossa própria história vista em um “espelho diferente” revela que a América tem uma longa história como sociedade multirracial. Nem a visão monolítica dos americanos como brancos ou de origem europeia e nem a visão binária dos americanos como brancos e negros reflete de maneira precisa a nossa diversidade, seja no futuro ou no passado.

Quando os primeiros ingleses chegaram à costa leste do continente no século XVII, os povos originais já estavam aqui havia milhares de anos. Em seguida, em 1619, um ano antes da chegada do *Mayflower* a Massachusetts, os africanos chegaram à Virgínia, trazidos como escravos em um navio negreiro holandês. Os africanos continuaram a ser trazidos para as colônias nos anos subsequentes, para atender às necessidades de mão-de-obra da economia baseada no cultivo do fumo.

Apesar disso, entre os fundadores das colônias, havia a opinião de que esta nova sociedade deveria ser racialmente homogênea — uma Nova Inglaterra e uma Virgínia (assim chamada em homenagem à Rainha Elizabeth, a “Rainha Virgem”) espelhando a população do país de origem dos colonizadores. Pouco tempo depois de a Revolução Americana estabelecer uma república independente, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei segundo a qual somente as pessoas “brancas” poderiam se naturalizar como cidadãos. Alguns anos

mais tarde, pouco antes de o Presidente Thomas Jefferson negociar a Aquisição da Louisiana, ele disse a James Monroe que desejava que no futuro, este continente fosse ocupado por “um povo que falasse a mesma língua, fosse governado de formas similares, e por leis similares”. Mas “o povo” que Jefferson via no continente era somente o povo branco.

A aquisição que Jefferson fez deste território no oeste, no entanto, abriu caminho para uma expansão que, por sua vez, levou à anexação do Sudoeste, e à inclusão das suas populações indígenas e mexicanas, e também às migrações da China e do Japão rumo ao leste, ou seja, à América. No final do século XIX, nossa sociedade moderna e multirracial havia sido formada no cadinho da expansão rumo ao oeste e da industrialização. Trabalhadores imigrantes da China e da Irlanda haviam construído a estrada de ferro transcontinental, a faixa de aço que atravessou a face da América e que proporcionou o sistema de transportes para o desenvolvimento da agricultura assim como da indústria, ligando as grandes e pequenas cidades de costa a costa. Imigrantes irlandeses trabalhavam em fábricas da Nova Inglaterra, que produziam têxteis a partir do algodão cultivado por escravos negros em terras tomadas dos índios e mexicanos. A realidade da nossa diversidade étnica e racial levou o escritor norte-americano do século XIX Herman Melville a observar: “O sangue do mundo flui nas veias dos americanos. Não somos uma tribo limitada”.

Além da economia que integrou os nossos diferentes grupos, havia algo mais profundo, que nos unia como americanos. Quando Jefferson escreveu aquelas poderosas palavras, “todos os homens são criados iguais”, ele não estava estendendo aquele “direito inalienável” aos negros. O autor da Declaração da Independência possuía 200 escravos. Mas oitenta e sete anos depois, durante a Guerra Civil Americana, o Presidente Abraham Lincoln redefiniu a igualdade como um direito de todos, não importava qual fosse a sua raça. A igualdade era a “proposta” central da nossa nação, ele declarou, e os americanos tinham uma obrigação de continuar essa “obra inacabada”. Em Gettysburg, Lincoln reconheceu a contribuição de 186.000 soldados que ajudaram a preservar esta União. Incitando seus irmãos negros a lutar, Frederick Douglass havia

argumentado que a Constituição dizia, “Nós, o Povo”, e não, “nós, o Povo Branco”.

Os imigrantes chineses também compreendiam esta verdade. Eles haviam, inicialmente corrido rumo às minas de ouro na Califórnia entre 1850 e 1860, mas aqueles que buscavam uma “América de Ouro” foram seguidos por dezenas de milhares que vieram como trabalhadores agrícolas e industriais. No entanto, em 1882, o Congresso aprovou a Lei de Exclusão dos Chineses, que impediu a continuação da imigração dos chineses. Um imigrante, demonstrando sua revolta, protestou contra o que ele considerava uma traição dos princípios da fundação da América. “Nenhuma nação pode abrir mão dos seus ideais mais elevadas” Yan Phou Lee escreveu na publicação “North American Review”. “Os fundadores da República Americana definiram o princípio segundo o qual todos os homens nascem iguais, e transformaram essa terra justa em um refúgio do mundo. Seu destino manifesto, portanto, é ser a mestra e a líder das nações em liberdade...O quanto esta República se distanciou do seu ideal mais elevado e regrediu na sua política tradicional pode ser visto nas leis contra os chineses”.

Sem dúvida, o protesto de Lee foi ignorado pela maioria dos americanos, mas a luta para fazer esta república cumprir seus ideais continuou, à medida que ondas de outros imigrantes chegavam ao país. Muitos desses grupos se defrontaram com o preconceito baseado em percepções de inferioridade cultural e étnica, mas a maioria encontrou oportunidades suficientes para continuar a sua luta por uma sociedade onde houvesse mais igualdade. Uma mudança importante ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. A luta contra a Alemanha Nazista, com a sua ideologia de supremacia ariana, nos forçou, como cidadãos de uma democracia, a enfrentar a incoerência entre os nossos ideais e a maneira como tratávamos as minorias raciais e étnicas.

Esta contradição se tornou a estrutura conceitual de “An American Dilemma: the Negro Problem and Modern Democracy” (Um Dilema Americano: O Problema dos Negros e a Democracia Moderna), de Gunnar Myrdal, publicado em 1944. Ao se engajar na sua “guerra ideológica” contra o Nazismo, ele declarou, os americanos devem aplicar o princípio da democracia mais

explicitamente à raça. “O facismo e o nazismo se baseiam em um dogma de superioridade racial...e esses governos chegaram ao poder por meio da perseguição racial e da opressão. “Portanto, os americanos devem apoiar, perante o mundo inteiro, a tolerância e a igualdade racial”. “Este país,” Myrdal escreveu, “tem uma experiência nacional de unir diversidades raciais e culturais e uma teoria nacional, senão uma prática consistente, de liberdade e igualdade para todos. A principal tendência [na história deste país] é a realização gradual do Credo Americano.”

Reforçando este credo, o presidente Franklin D. Roosevelt reconheceu a necessidade de confrontar o nazismo ideologicamente para conclamar os americanos a participar do esforço de guerra. “Estamos lutando”, ele declarou, pelas “quatro liberdades” - liberdade da palavra, liberdade religiosa, liberdade da necessidade, e liberdade do medo. Nosso comprometimento com esses ideais, ele explicou, condenava o racismo: “O princípio segundo o qual este país foi fundado e pelo qual ele sempre foi governado é que o americanismo é uma questão de mente e coração. O americanismo não é, e nunca foi, uma questão de raça ou herança genética.”

Americanos de todas as etnicidades e raças lutaram para defender esta democracia. Os negros deixaram as fazendas do sul e os guetos do norte, os latinos deixaram seus “barrios”, os chineses deixaram suas Chinatowns, os índios deixaram suas reservas, e alguns americanos de origem japonesa chegaram até a deixar os campos de internamento. Todos esses membros das minorias fizeram sacrifícios pelo que eles chamavam de “a guerra pela dupla vitória”— a luta contra o facismo no exterior e contra o racismo no seu próprio país. “As místicas cordas da memória” como Lincoln as havia descrito, se estendendo desde os campos de batalha até os túmulos dos patriotas, haviam se tornado multirraciais.

Esta reafirmação nacional da nossa diversidade e nossa dedicação à “proposta” da igualdade, forjada na fúria da Segunda Guerra Mundial, abriu o caminho para a era dos Direitos Civis, na década de 60. Na marcha de 1963 a Washington, Martin Luther King compartilhou a sua visão do verdadeiro destino manifesto da América: “Eu lhes digo hoje, meus

amigos, que apesar das dificuldades e das frustrações do momento, eu ainda tenho um sonho. É um sonho profundamente enraizado no sonho americano. Eu tenho um sonho de que um dia esta nação se erguerá e alcançará o significado real do seu credo: 'Consideramos estas verdades auto-explicativas; que todos os homens nascem iguais.'

O movimento dos Direitos Civis agitou a nação e incitou o Congresso a aprovar a Lei dos Direitos Civis de 1964. Um ano depois, o presidente Lyndon Johnson foi além da proibição da discriminação ao emitir o Ato do Executivo 11246. Tendo como objetivo "a total realização das oportunidades iguais de emprego", esta lei exigia que as firmas que fizessem negócios com o governo executassem "ação afirmativa". As empresas tinham que definir "objetivos e cronogramas, de boa fé", para admitir empregados qualificados "sub-utilizados", que fossem membros das minorias. No seu discurso na Universidade de Howard, em 1966, Johnson explicou porque a ação afirmativa era necessária: "Você não pega uma pessoa que, durante anos esteve acorrentada e a liberta, a coloca no ponto de partida de uma corrida e diz "Você é livre para competir com todos os outros"; se você fizer isso, você não pode acreditar, honestamente, que está sendo completamente justo...Isso não é o suficiente para abrir as portas da oportunidade. Todos os nossos cidadãos precisam ter a capacidade de passar por essas portas. Este é o próximo e mais profundo estágio da batalha pelos direitos civis. Não queremos apenas a liberdade, mas a oportunidade — não apenas a igualdade legal, mas a capacidade humana — não a igualdade como um direito e uma teoria, mas a igualdade como um fato e a igualdade como um resultado."

No entanto, trinta anos depois, a igualdade como um fato ainda é um sonho não realizado para milhões de americanos. Ainda temos que tratar da difícil questão que W.E.B. du Bois identificou quando ele predisse que o problema do século XX seria o problema da linha da cor. No crepúsculo desta era, este problema está se tornando cada vez mais surpreendente. O trabalho nas áreas pobres das grandes cidades em toda a América "desapareceu", para usar a cruel descrição do acadêmico William Julius Wilson. Os números desproporcionais e

perturbadores de jovens negros nas prisões confirmam a correlação entre o crime e a pobreza, enquanto forçam muitos estados a gastar mais dinheiro em prisões do que em universidades. O que Myrdal chamou de "o dilema americano", na verdade, se transformou em muitos dilemas. As tensões e os choques raciais ultrapassaram os limites das comunidades negras e brancas, e incluem os latinos e os asiáticos. Os distúrbios de 1992 em Los Angeles pareciam a pré-estréia de uma nova era de conflitos multirraciais.

Neste contexto de um hiato cada vez maior entre as raças e uma reação crescente contra a ação afirmativa e os imigrantes, o presidente Bill Clinton fez o seu discurso, "Uma América no século XXI", na Universidade da Califórnia, San Diego (University of California, San Diego), no dia 14 de junho de 1997. Nesse discurso histórico, Clinton foi o primeiro presidente a descrever a sociedade americana como "multirracial". Ele também nos conclamou a continuar a "obra inacabada" da nação, uma referência implícita ao Discurso de Gettysburg, de Lincoln.

Podemos fazer isso? Podemos conviver em paz no século XXI? Embora para muitos as perspectivas não pareçam promissoras, temos motivos para ter esperança. A história da América multicultural vista "em um espelho diferente" nos tranqüiliza: As histórias de nossos diversos grupos étnicos e raciais são diferentes mas não são opostas. No decorrer da nossa história, temos permanecido ligados uns aos outros como um "vasto, vibrante e esperançoso exército de trabalhadores" (palavras de Walt Whitman) na construção da economia do nosso país. Desde a fundação do nosso país, propriamente dita, nós também lutamos para atingir os nossos ideais políticos de democracia e igualdade. Esta "memória maior" de nossas variadas personalidades constantemente nos conclama a continuar a "obra inacabada" para obtermos uma "união mais perfeita". ■

O Professor Ronald Takaki, da University of California, Berkeley (Universidade da Califórnia, Berkeley) é o autor de "A Different Mirror: A History of Multicultural America" (Um Espelho Diferente: Uma História da América Multi-Cultural) (1993). Seu próximo livro, "A Larger Memory: Voices of Multicultural America" (Uma Memória Maior: Vozes da América Multi-Cultural), será publicado em 1998 pela Little, Brown and

A HISTÓRIA IGNORADA

ABIGAIL THERNSTROM AND STEPHAN THERNSTROM

Negros e brancos separados: Esta é uma visão correta da sociedade americana na década de 90? Acreditamos que não é.

A questão do aumento da segregação foi forçosamente levantada pela freqüentemente mencionada Comissão Kerner, de 1968, que tinha como objetivo explicar os três anos de terríveis distúrbios urbanos que começaram em 1965. Os Estados Unidos estavam caminhando "rumo à separação em duas sociedades, uma negra, uma branca — separadas e desiguais", concluía o relatório.

O relatório Kerner apareceu nas manchetes, e nos anos seguintes a sua conclusão principal se transformou em uma mantra dos direitos civis. No entanto, a imagem que ele desenhou — e que nunca foi submetida a um escrutínio crítico— estava completamente errada.

Talvez os seus autores tenham ficado traumatizados com os distúrbios nos guetos; qualquer que tenha sido o motivo, eles se enganaram, e acreditaram que a situação dos negros nos Estados Unidos havia piorado, ao invés de melhorar, desde a Segunda Guerra Mundial.

Afirmar que a direção geral das mudanças raciais era a da separação mais profunda e da desigualdade maior era ignorar uma paisagem racial alterada. Os autores não perceberam duas décadas de mudanças impressionantes e sem precedentes. Eles ignoraram:

- ❑ A abolição da segregação nas forças armadas no final da década de 40, durante o governo do presidente Truman.
- ❑ A revolução no terreno jurídico, conseqüência do caso Brown contra a Secretaria de Educação, da decisão do Tribunal Superior, de 1954, declarando ilegal a separação das raças nas escolas públicas, imposta pelo estado, e de outras decisões constitucionais exemplares.
- ❑ A impressionante eficácia do movimento das massas em nome dos direitos civis que se alastrou pelo sul no final da década de 50 e no início da

década de 60. O movimento começou com um boicote aos ônibus em Montgomery, Alabama, em 1955, adquiriu força com as ocupações dos balcões dos restaurantes e outras propriedades públicas e privadas, e culminou com a Lei dos Direitos Civis (Civil Rights Act) de 1964 e a Lei do Direito ao Voto (Voting Rights Act), de 1968, tornando ilegal a discriminação na educação, no emprego, nos locais públicos e nas eleições.

- ❑ Uma dramática elevação do nível educacional da população negra norte-americana, um marcante declínio da pobreza entre os negros e um grande aumento da quantidade de negros que possuíam as casas em que moravam.

Nenhum grupo étnico na história americana havia melhorado sua condição de vida de forma tão dramática em um período de tempo tão curto (embora, na verdade, nenhum outro grupo tivesse um caminho tão longo a percorrer).

O relatório Kerner havia mostrado uma nação que estava passando por uma "divisão racial cada vez mais profunda". O seu pessimismo se originou, em grande parte, de uma interpretação errônea da paisagem urbana. A comissão viu um abismo crescente entre as raças no mapa das grandes cidades — uma sociedade (negra) na parte central da cidade e outra (branca) nas partes mais afastadas do centro. "A segregação, cada vez mais rápida, dos negros com baixa renda, em situação difícil, dentro dos guetos das maiores cidades americanas" o relatório informava sombriamente, era a "mais básica" das "forças subjacentes" que ameaçavam o futuro da nação. O relatório dava um alarme, dizendo que a concentração urbana negra poderia até destruir o país.

Esse futuro ameaçador nunca se concretizou. A maioria das grandes cidades americanas na década de 60 não se tornou "negra, em grande parte" em um prazo de duas décadas, conforme previsto. Além disso, San Diego, (Califórnia) Phoenix (Arizona) e San Antonio (Texas), fazem parte de uma safra de novos gigantes urbanos, mas a população negra

nessas progressistas cidades do oeste continuou a ser uma mistura saudável de brancos, negros e outras minorias.

Na verdade, nas áreas mais dinâmicas da América urbana, o simples retrato de duas cores, branco e preto, da Comissão Kerner, ficou tão ultrapassado quanto um antigo filme branco e preto. De alguma forma, o relatório ignorou a Lei de Imigração (Immigration Act) de 1965, que resultou em uma onda de recém-chegados — agora, em sua maioria, da Ásia e da América Latina — às principais cidades da nação. Hoje, uma cidade como Los Angeles é uma metrópole que adquiriu uma complexidade multirracial com a qual a Comissão Kerner nunca sonhou. Além disso, os hispânicos são mais numerosos do que os negros em cinco outras grandes cidades do "Sunbelt" (cinturão do sol).

O relatório de 1968 estava errado sob dois aspectos. Ele nunca previu a suburbanização negra que seria mais rápida do que a dos brancos nas décadas seguintes. No último quarto de século a proporção de negros vivendo em comunidades suburbanas quase dobrou, e as mudanças em algumas cidades foram ainda maiores. Uma impressionante proporção (64 por cento) da população negra metropolitana de Atlanta mora fora do centro da cidade. O número referente a Washington, D.C., é quase tão alto; em 1990, 61 por cento da população negra na área metropolitana do Distrito de Colúmbia vivia em subúrbios.

A Comissão Kerner via os negros não apenas presos às cidades, mas também confinados a bairros onde só havia negros. Mas ela estava errada nesse ponto também. Em 1994, cinco entre cada seis negros diziam que tinham vizinhos brancos, e três entre cada cinco brancos diziam que havia negros morando nas proximidades. Isso faz sentido. Os bairros se tornaram mais misturados no que diz respeito às raças nas últimas décadas na maioria das 15 áreas metropolitanas com as maiores populações negras. E a queda foi ainda mais pronunciada nas cidades menores. Na verdade, entre 1970 e 1980, o nível de segregação caiu em 90 por cento das áreas metropolitanas reconhecidas pelo Bureau de Censo (Census Bureau). Nos anos subsequente a tendência continuou. Além disso, se perguntarmos qual é a proporção de negros nos

grandes centros metropolitanos que vivem em um gueto de verdade — áreas da cidade onde pelo menos 90 por cento dos moradores são negros — a resposta será: somente uma minoria.

Os padrões residenciais são apenas um aspecto de um quadro geral de mudanças encorajadoras que começaram a tomar forma nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, antes do movimento pelos direitos civis das décadas de 50 e 60. Aquele processo de mudança em parte resultou de importantes decisões tomadas pelo presidente Truman e outras autoridades políticas e jurídicas, mas os itens mais fundamentais foram as forças econômicas e demográficas que transferiram tantos negros das áreas rurais do sul para as cidades do norte, onde o preconceito racial era menor. Além disso, as atitudes dos brancos foram gradualmente se tornando mais tolerantes e liberais em toda a sociedade americana, tanto no sul quanto no norte.

Conseqüentemente, quase três quartos das famílias negras têm, atualmente, renda acima da linha de pobreza. A população universitária negra cresceu de 45.000 em 1940 para mais de 1,4 milhões atualmente. Sessenta por cento das mulheres que estavam no mercado de trabalho eram empregadas domésticas em 1940; atualmente a maioria trabalha em escritórios. O número de negros que exercem profissões liberais também aumentou de forma impressionante.

De fato, um dos segredos mais bem guardados da vida americana atualmente é que mais de 40 por cento dos cidadãos negros da nação se consideram membros da classe média. A taxa de desemprego entre os negros tem recebido muita publicidade, mas entre os que se encontravam no mercado de trabalho (definidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos [U.S. Department of Labor] como empregados ou procurando emprego), 93 por cento daqueles que se encontram na faixa compreendida entre 25 e 64 anos de idade tinha empregos em 1995. Um número excessivo de jornalistas e intelectuais permitiu que as classes mais baixas definissem a América negra; trata-se de uma imagem muito enganosa.

Além disso, o contato entre as raças aumentou enormemente. Em 1989, cinco em cada seis negros podiam citar o nome de uma pessoa branca que

consideravam amiga, enquanto dois em cada três brancos diziam que seu círculo social incluía alguém que fosse negro. Em 1994, já não era nem um pouco incomum negros e brancos se visitarem mutuamente em ocasiões sociais, e cada vez mais, freqüentar a mesma igreja.

Essas são algumas das boas notícias — muito pouco reconhecidas ou até mesmo compreendidas. Há más notícias também — isso é evidente quando se compara negros e brancos pobres ou desempregados, ou quando se olha para a taxa de homicídios. Na área educacional, também, há sinais preocupantes. Os alunos negros, agora, têm tantas probabilidades quanto os brancos de terminar o segundo grau, mas, em média eles estão quatro anos atrasados em relação aos brancos na habilidade para a leitura, e 3.4 anos atrasados em matemática. Esse é um grande obstáculo no caminho dos negros rumo à igualdade econômica.

A luta continua — e deve continuar. De fato, agora as fileiras dos ativistas dos direitos civis foram engrossadas pelos asiáticos e hispânicos. Mas se, na luta pela igualdade entre os membros de todos os

grupos raciais e étnicos, não se reconhecer o notável progresso que os cidadãos de todas as cores têm feito no sentido de realizar o sonho americano, os esforços futuros provavelmente falharão. O stress pessimista relacionado à exclusão contínua, freqüentemente expresso pela comunidade dos direitos civis, é uma profecia que se concretiza pelos seus próprios meios: a imagem da desesperança estimula a paralisia. Se todos os negros, brancos, asiáticos e hispânicos pensarem que nada mudou, todo o árduo trabalho que ainda precisa ser feito dificilmente se materializará. O sonho americano não tem sido somente para os brancos. Isso deveria ser uma questão de profundo orgulho nacional. ■

Abigail Thernstrom é membro sênior do Manhattan Institute na cidade de Nova Iorque. Stephan Thernstrom é um Professor Winthrop de História na Harvard University (Universidade de Harvard) em Cambridge, Massachusetts. Eles são co-autores do livro "America in Black and White: One Nation Indivisible" (América em Preto e Branco: Uma Nação Indivisível) (Simon & Schuster, setembro de 1997).

DESAFIOS EM TRANSFORMAÇÃO: CINQUENTA ANOS DE MUDANÇAS NA ECONOMIA RUMO À IGUALDADE DE SALÁRIOS ENTRE OS BRANCOS E OS NEGROS

RONALD P. FERGUSON

Quando Gunnar Myrdal publicou "An American Dilemma" em 1944, três em cada quatro negros nos Estados Unidos moravam no sul. A ideologia dominante no sul, refletida em grande parte do país era a supremacia branca. Década após década, os principais proponentes da supremacia branca decretaram que os negros não tinham o direito e nem o potencial humano de participar, no mesmo nível que os brancos, da vida econômica e política da nação. De modo geral, os cidadãos brancos acatavam esses ditames, assim como muitos negros. Conseqüentemente, oito décadas inteiras após a abolição da escravatura, as oportunidades sociais, políticas e econômicas para

os negros americanos continuavam muito restritas.

Devido a essas limitações, os negros no início da década de 40 estavam muito atrasados em relação aos brancos, em todos os indicadores sociais e econômicos importantes. Os negros freqüentavam escolas mal equipadas, e mesmo assim, somente a metade do tempo (em anos) que os brancos. O homem negro, em média, ganhava menos da metade do seu contemporâneo branco. Ele fazia, na maior parte das vezes, os trabalhos mais pesados e mal pagos e recebia menos pagamento do que os brancos comparáveis, mesmo se estivessem executando o mesmo trabalho. Esse era o costume em 1944.

Cinqüenta anos mais tarde, em 1994, os resquícios da ideologia da supremacia branca continuam a influenciar os pensamentos e comportamentos tanto de brancos quanto de negros, mas os costumes mais perniciosos já estão superados e a maioria deles é ilegal. Além disso, fora do âmbito das estruturas jurídicas formais, os movimentos em prol dos direitos civis e do poder para os negros conseguiram, para os negros, uma presença nos assuntos públicos e cargos eletivos que poucos poderiam imaginar na época em que Mydal escreveu.

Mesmo assim ainda há um legado significativo de três séculos de subordinação social e econômica forçada: A vantagem e a desvantagem econômica ainda tem uma relação com a raça, muito mais do que poderia ocorrer por coincidência; as relações sociais entre as raças ainda possuem um componente de falta de naturalidade, suspeita e fragilidade. Além disso, princípios básicos da sabedoria tradicional referentes às causas da desigualdade econômica entre as raças, alguns dos quais estão se tornando cada vez mais obsoletos como explicações contemporâneas, são também um legado do passado.

Disparidades sociais mensuráveis em habilidade e aparente comprometimento com o trabalho são manifestações complexas das forças históricas e contemporâneas profundamente enraizadas que produzem profecias auto-realizadas de mau desempenho para muitos negros norte-americanos, tanto adultos quanto jovens. Essas forças incluem mensagens humilhantes e desencorajadoras que a sociedade envia para os homens negros como um grupo, e a antiga tradição de excluir os trabalhadores negros de muitas posições para as quais eles possuíam as qualificações necessárias. Mensagens desencorajadoras que indicam que os jovens negros do sexo masculino não são bem-vindos e que não se tem uma expectativa muito alta em relação a eles, reforçadas pelas escolas inadequadas e as conversas "de rua" segundo as quais o jogo econômico "é um jogo de cartas marcadas" estimulam uma atitude cética e de pouca disposição em muitos jovens negros, assim como em alguns adultos, nas atividades principais que supostamente deveriam prepará-los para maiores oportunidades.

A redução substancial da disparidade racial entre os adultos jovens no mercado de trabalho requer o apoio e a responsabilidade por parte das instituições que devem inspirar, educar, alimentar e cuidar das crianças negras. Requer também a contínua vigilância contra o preconceito racial no ambiente de trabalho, o que, quando ocorre, serve para reforçar as expectativas dos jovens de que as cartas do jogo estão marcadas para prejudicá-los, mesmo quando eles fazem a sua parte no que se refere à preparação e ao desempenho. Devido à complexidade das forças sociais que afetam a aquisição da habilidade e o sucesso no mercado de trabalho, e devido ao fato de que as forças sociais são maleáveis, eu rejeito qualquer afirmativa de que as diferenças remanescentes de habilidade entre os negros e brancos são geneticamente pré-determinadas (como alguns intelectuais voltaram a sugerir) ou de que a sociedade deve ceder, se acomodar, e tolerar essas diferenças.

A Segunda Guerra Mundial abriu novas oportunidades de emprego para os negros. Ela trouxe um crescimento na remuneração que não desapareceu com o término das hostilidades. Embora os motivos tenham mudado, o impulso positivo do progresso continuou, dos anos 40 até os anos 60, à medida que os jovens negros lideraram uma migração em massa das áreas rurais do sul. Alguns se estabeleceram em cidades do sul, outros migraram para mais longe, para as cidades do norte, onde, até meados da década de 70, as oportunidades econômicas eram muito melhores.

Graças ao movimento em prol dos direitos civis, o progresso econômico dos negros se acelerou no sul após meados da década de 60. Pela primeira vez, o número de negros que voltavam ao sul era superior ao dos que partiam, durante a década de 70. Além de suas muitas outras realizações, o movimento pelos direitos civis foi uma grande força que impulsionou as decisões tomadas pelo Congresso e pelo presidente Lyndon Johnson para emitir o Title VII do Civil Rights Act (Parte VII da Lei dos Direitos Civis), de 1964, e a Executive Order (Ato do Executivo) 11246. Não há dúvida de que essas duas medidas ajudaram a manter o crescimento da remuneração dos negros em relação aos brancos até meados da década de 70. Essas medidas no campo dos direitos civis ajudaram a garantir, por exemplo

que os negros recebessem os aumentos nos salários que mereciam, de acordo com os ganhos que estavam obtendo no desempenho acadêmico. Os negros se aproximaram dos brancos no campo do desempenho educacional e em vários graus de qualidade escolar, durante todo o período após 1940. Os pesquisadores concordam em afirmar que esse fato provavelmente é responsável por um quarto a 50 por cento do progresso que os negros conseguiram no sentido de diminuir as diferenças salariais, embora sem reconhecer, explicitamente, as pressões pelos direitos civis. Após meados da década de 70, o progresso no sentido de diminuir a diferença foi interrompido. Na verdade, para os negros mais jovens, a tendência se inverteu. A disparidade cresceu.

Algumas mudanças na área econômica foram identificadas, por alguns autores, como fatores que contribuíram para isso. Elas incluem mudanças desiguais, no tocante às raças, nos padrões de admissão de empregados na área de manufatura e outras fontes de emprego, entre outras, que contribuíram para o crescimento da disparidade racial entre os trabalhadores jovens após 1975. Algumas podem ter raízes comuns no crescimento do valor da especialização profissional e na redução da pressão federal referente à ação afirmativa. Várias dessas mudanças, como por exemplo, as transformações na área da tecnologia, o declínio do sindicalismo e o aumento da imigração ajudam a explicar porque o valor da especialização cresceu, tanto dentro dos grupos raciais quanto em toda a população.

O National Assessment of Educational Progress (Avaliação do Progresso Educacional em Âmbito Nacional) mostra que as habilidades básicas dos estudantes secundários negros têm melhorado em relação às dos brancos, pelo menos deste o início da década de 70. Portanto, o aumento de menos 6 por cento em 1975 para menos 16 por cento em 1989 na disparidade em faixas salariais entre os jovens negros e brancos (medida sem controle de resultados de testes) provavelmente não ocorreu porque as habilidades dos negros se deterioraram. Ao invés disso, ou o valor da habilidade cresceu após 1975 mais rapidamente do que o hiato entre as habilidades dos negros e brancos diminuiu, aumentando dessa forma o

significado financeiro das diferenças de habilidade remanescentes, ou os negros em 1975 estavam ganhando mais do que os brancos que possuíam qualificações similares, e a evidente deterioração nos ganhos após 1975 estava simplesmente colocando os negros na posição em que eles haviam estado anteriormente. Qualquer uma dessas duas explicações, ou ambas, pode(m) ter algum mérito.

Tendo como base as provas, essas explicações do que aconteceu após 1975 parecem mais plausíveis do que aquela fundamentada em um aumento da discriminação.

Portanto, embora estejamos observando que a discriminação ainda é importante e apoiemos a rigorosa aplicação das leis dos direitos civis, nossas conclusões indicam outras explicações para o aumento da disparidade após 1975. Da mesma forma, as diferenças entre os níveis de emprego de negros e brancos para homens com 13 anos de escolaridade ou menos refletem várias diferenças de habilidade e comportamento, incluindo uma maior propensão para pedir demissão de posições que requerem maior habilidade. Este último padrão pode ser uma resposta ao preconceito racial nas relações sociais do trabalho, para as ocupações mais complexas. Ele exige uma investigação mais profunda.

CONCLUSÃO

O mais importante é que as disparidades nas oportunidades podem ocorrer até mesmo antes de os jovens entrarem para o mercado de trabalho, na provisão de escolaridade e outros recursos que influenciam o desenvolvimento das habilidades e a socialização dos jovens. Essas incluem não só a disparidade atual na qualidade da escolaridade e da recreação e as mensagens desencorajadoras da sociedade em geral, mas também as desigualdades sociais nas gerações anteriores das instituições que prepararam os pais e avós para os seus papéis de professores e guardiões. Certamente, os esforços para lutar contra o preconceito racial na admissão e promoção precisam continuar.

No entanto, intervenções para reforçar as escolas, famílias e outras instituições para preparar as

crianças para a vida adulta devem ter um papel de destaque na resposta às disparidades econômicas que ainda prevalecem entre os jovens adultos na década de 90.

A época atual é diferente dos anos 40, 50 e 60. O que precisamos fazer agora é utilizar de maneira mais eficaz os recursos legais e institucionais que os movimentos em prol dos direitos civis e do poder para os negros ajudaram a estabelecer. O sonho que inspirou esses movimentos era de que os negros pudessem ter vidas mais saudáveis, felizes e produtivas, livres das dificuldades e degradações da subordinação social e econômica. O sonho não se realizou por completo. Na verdade, a América talvez nunca se livre completamente da ideologia da supremacia branca. Da mesma forma, os interesses de classes sociais que se alinham com a riqueza e o privilégio continuarão a representar desafios para muitas visões de justiça social e igualdade. No

entanto, as evidências mostram que o progresso dos negros americanos nos últimos 50 anos tem sido notável. Apesar da resistência, a disciplina, a coragem, e a perseverança deram resultado. O mesmo acontecerá no futuro. Como negros cujos pais e avós nos ensinaram esta lição, devemos ensiná-la aos nossos filhos e insistir para que eles a coloquem em prática. ■

Trechos de "An American Dilemma Revisited: Race Relations in a Changing World" (Nova Visão de um Dilema Americano: Relações Raciais em um Mundo que Está Mudando) editado por by Obie Clayton, Jr. © 1996, Russell Sage Foundation, New York, New York.

Ronald F. Ferguson é professor de administração pública na John F. Kennedy School of Public Policy, Harvard University (Escola John F. Kennedy de Administração Pública da Universidade de Harvard).

PESQUISA GALLUP: TEM HAVIDO PROGRESSO NAS RELAÇÕES ENTRE OS BRANCOS E OS NEGROS, MAS A RAÇA AINDA É UM PROBLEMA

PREPARADO POR CHARLOTTE ASTOR

Uma nova pesquisa sobre as relações entre os negros e os brancos nos Estados Unidos indica que houve uma melhoria substancial, com o tempo, no nível de satisfação dos negros com as suas vidas.

A pesquisa, conduzida pela Gallup Organization (Organização Gallup) de 4 de janeiro a 28 de fevereiro de 1997, também indicou uma diminuição significativa, com o passar do tempo, da expressão pelos brancos, de atitudes desfavoráveis em relação aos negros e em relação a situações como casamentos inter-raciais, ou à possibilidade de votar em um candidato negro à presidência. Os brancos dizem que têm pouco preconceito contra os negros, que eles desejam ter ambientes onde haja mistura de raças e que eles não têm nada contra ambientes em que venham a morar próximo a negros, ou em que seus filhos venham a estudar com crianças negras.

Além disso, a pesquisa indica que a maioria dos negros não mora, trabalha ou envia seus filhos à escola em ambientes segregados, e que brancos e negros têm amigos íntimos da outra raça.

A pesquisa Gallup tinha como objetivo proporcionar uma base para uma auditoria contínua e regular das percepções dos americanos sobre as relações raciais nos Estados Unidos. Ela se baseou em entrevistas por telefone com 3.036 adultos. Destes, 1.169 se identificaram como negros e 1.680 se identificaram como brancos.

SATISFAÇÃO

A pesquisa sugere que, embora ainda existam diferenças entre a satisfação dos negros e brancos com uma série de aspectos das suas vidas particulares — incluindo renda, padrão de vida e moradia — as diferenças em alguns casos têm diminuído substancialmente desde a década de 60. Os representantes da Gallup consideram esse fato

"uma das conclusões mais significativas da pesquisa".

Por exemplo, em 1965, aproximadamente 28 por cento dos negros e 77 por cento dos brancos disseram que estavam satisfeitos com a sua moradia; em 1997, 75 por cento dos negros e 90 por cento dos brancos disseram estar satisfeitos. Em 1963, 45 por cento dos negros e 82 por cento dos brancos estavam satisfeitos com o seu padrão de vida.

Em 1997, 74 por cento dos negros e 87 por cento dos brancos disseram que estavam satisfeitos. Somente 28 por cento dos negros, e 69 por cento dos brancos, estavam satisfeitos com a renda familiar em 1965. Em 1997, a satisfação havia aumentado para 53 por cento dos negros e 72 por cento dos brancos.

PRECONCEITO PESSOAL

Chegou-se a outra conclusão importante na área do preconceito pessoal. Os brancos expressaram opiniões de tolerância racial em uma variedade de medidas e deram pouca indicação de que têm forte preconceito contra os negros. A tolerância expressa pelos brancos em respostas às pesquisas aumentou significativamente no decorrer dos últimos 30 ou 40 anos, e agora, os brancos têm muito menos probabilidade de se opor a várias situações raciais que condenavam no passado. Em uma escala de "0 a 10", tanto os brancos médios quanto os negros médios se colocam próximos da extremidade da escala referente a "nenhum preconceito". Somente uma pequena porcentagem (22 por cento dos negros e 14 por cento dos brancos) admitem um ponto médio de preconceito contra os membros da outra raça. Ao mesmo tempo, no entanto, os negros e brancos percebem que outros brancos na sua área têm níveis muito mais altos de preconceito contra os negros.

Em uma das mudanças mais substanciais no que se refere às raças que já foram percebidas em uma pesquisa Gallup, uma maioria dos membros de ambas as raças, especialmente os que tinham mais de 50 anos de idade, agora dizem que aprovam o casamento inter-racial entre negros e brancos. Em 1972, somente 25 por cento dos brancos e 61 por cento dos negros aprovavam casamentos entre negros e brancos. O número dos que aprovam em 1997 é 61 por cento de brancos e 77 por cento de negros. Representantes da Gallup disseram que a principal indicação de uma reação positiva a um casamento entre negros e brancos é a idade, e não a raça, com maior índice de aprovação entre os americanos mais jovens e menor índice de aprovação entre os americanos mais velhos. O efeito idade é encontrado tanto nos negros quanto nos brancos.

Uma maioria de ambas as raças (83 por cento dos negros e 61 por cento dos brancos) disseram que prefeririam viver em uma vizinhança contendo aproximadamente 50 por cento de residentes brancos e 50 por cento de negros.

Naquilo que a Gallup considerou uma mudança significativa e profunda em comparação com os anos anteriores, menos da maioria de brancos dizem que se oporiam se grandes quantidades de negros se mudassem para o seu bairro. Em 1958, 80 por cento dos brancos disseram que se mudariam se negros se mudassem em grandes quantidades para o seu bairro; em 1997, somente 18 por cento disseram que se mudariam. Uma maioria de ambas as raças disse que não se importaria em mandar seu filho para uma escola onde mais de 50 por cento das crianças fossem da outra raça. A porcentagem de pais brancos que se opõem a enviar seu filho a uma escola com a "metade" da população negra vem caindo continuamente desde a década de 60; a porcentagem mais baixa — 5 por cento — foi observada em 1980, e permanece baixa (12 por cento) em 1997. Objeções a um ambiente de "mais de" diminuíram de 63 por cento em 1958 para 41 por cento em 1997.

Uma grande porcentagem dos trabalhadores americanos de ambas as raças (88 por cento dos negros e 82 por cento dos brancos) dizem que o seu ambiente de trabalho preferido incluiria tanto colegas negros quanto brancos. Além disso, quase

nenhum branco se oporia a votar em um candidato negro qualificado para presidente. Isso representa o que a Gallup considera uma "mudança altamente significativa de atitude" comparado com os resultados de 1958. Naquela época, somente 35 por cento dos brancos disseram que votariam em um presidente negro. Há apenas 10 anos, só aproximadamente três quartos dos brancos disseram que votariam em um candidato negro bem qualificado para presidente.

PERCEPÇÕES DIFERENTES DAS RELAÇÕES ENTRE AS RAÇAS

A pesquisa indicou grandes diferenças nas percepções de negros e brancos sobre a situação das relações entre as raças nos Estados Unidos. Os brancos são mais otimistas do que os negros em várias medidas de percepção sobre a situação dos negros tanto em nível nacional quanto nas suas comunidades locais. No entanto, essas diferenças, em alguns casos, diminuíram desde a década de 60.

Ao avaliar suas comunidades locais em 1997, os negros têm mais probabilidade do que os brancos de perceber tratamento injusto e discriminação. Setenta e seis por cento dos brancos dizem que os negros são tratados da mesma maneira que os brancos, ao passo que somente 49 por cento dos negros consideram o tratamento igual. Em 1968, somente 26 por cento dos negros (comparados a 73 por cento dos brancos) achavam que ambas as raças eram tratadas da mesma forma na sua comunidade.

As percepções dos negros e brancos a respeito da igualdade das oportunidades de emprego, educação e moradia nas suas comunidades mostram diferenças similares entre os negros e os brancos. Os negros são mais positivos no que se refere às oportunidades iguais para eles mesmos em termos de educação (63 por cento) e menos positivos no que se refere às oportunidades iguais de conseguir empregos (46 por cento). Apesar de tudo, esses números representam progresso.

Em 1962, mais de oito entre dez brancos disseram que as crianças negras tinham a mesma chance das crianças brancas de obter uma boa educação na comunidade local, mas naquele ano, somente a metade dos negros disse que as crianças

negras tinham a mesma oportunidade. A Gallup observou que a diferença entre os brancos e os negros nesta percepção diminuiu com o passar do tempo, de 32 por cento em 1962 para 16 por cento em 1997.

Em 1989, da primeira vez que a Gallup perguntou aos negros e aos brancos sobre as suas percepções a respeito de oportunidades de moradia para os negros, 51 por cento dos negros e 71 por cento dos brancos achavam que as oportunidades eram iguais para ambas as raças. Em 1997, 58 por cento dos negros e 86 por cento dos brancos percebem que as oportunidades de moradia são iguais para ambas as raças.

Embora aproximadamente seis entre 10 brancos digam que a qualidade de vida dos negros tem melhorado no decorrer dos últimos 10 anos, somente aproximadamente um terço dos negros concordam. Ao mesmo tempo, os negros têm mais probabilidade do que os brancos de dizer que a qualidade de vida dos brancos tem melhorado. Cada grupo racial acha que as coisas melhoraram mais para o outro grupo racial. Tanto os negros quanto os brancos estavam mais otimistas sobre as melhorias na qualidade de vida dos negros em 1980 do que nos últimos sete anos.

No entanto, quando perguntados sobre as "relações entre negros e brancos no decorrer do último ano", tanto os negros quanto os brancos se dividiram, aproximadamente, em terços, dizendo que as relações entre as raças têm melhorado, permanecido na mesma, ou piorado. Pensando no futuro, os brancos e os negros parecem igualmente pessimistas a respeito do futuro das relações entre as raças nos Estados Unidos. Entre 54 e 58 por cento dos membros de ambos os grupos raciais acham que as relações entre as raças continuarão a ser um problema.

Os brancos (46 por cento) e os negros (72 por cento) dizem que os negros são tratados de maneira mais dura pelo sistema de justiça criminal do que os brancos — mas o grau de percepção difere em 26 pontos.

O PAPEL DO GOVERNO NO TRATO DAS QUESTÕES RACIAIS

Brancos e negros têm opiniões diferentes sobre o papel do Governo dos Estados Unidos no trato da situação racial. Os negros (53 por cento) têm duas vezes mais probabilidade do que os brancos (22 por cento) de dizer que o governo deve aumentar os programas de ação afirmativa. Aproximadamente 37 por cento dos brancos, comparados com 12 por cento dos negros, querem que a ação afirmativa seja diminuída.

De qualquer forma, quando perguntados se os negros devem tentar mudar o sistema ou devem tentar melhorar a si mesmos, a maioria, tanto de brancos quanto de negros, optou pela resposta "melhorar a si mesmos".

CONTATO ENTRE AS RAÇAS

A pesquisa deixou claro que a noção de uma América separada para os negros já não é mais válida. Os negros têm níveis relativamente altos de contato diário com os brancos em uma variedade de ambientes. Setenta e cinco por cento dos negros dizem ter um amigo íntimo que é branco. Trinta por cento vivem em um bairro onde a metade da população é negra e a metade é branca, e outros 20 por cento vivem em um bairro que é, em grande parte, ocupado por brancos. Quarenta e um por cento moram em bairros que são ocupados inteiramente ou quase inteiramente por negros.

Sessenta e um por cento dos negros dizem que mandam o seu filho mais velho para uma escola em que pelo menos a metade dos alunos são brancos, comparados com apenas 25 por cento que enviam seus filhos a escolas freqüentadas principalmente por negros. Os negros com níveis mais elevados de escolaridade e renda têm menos probabilidade de viver nos bairros onde a totalidade ou a maioria da população é negra, e de enviar seus filhos para escolas onde a totalidade ou a maioria dos alunos são negros.

Os negros têm uma enorme probabilidade de trabalhar com brancos. Setenta e cinco por cento reportam que pelo menos a metade das pessoas no seu local de trabalho são brancas, e 47 por cento trabalham só com brancos, ou em um ambiente onde quase todos são brancos. Somente 15 por cento trabalham em um ambiente onde todas ou quase todas as pessoas são negras.

Um aspecto da vida que permanece muito segregado é a religião. Setenta e um por cento dos negros e 73 por cento dos brancos freqüentam a igreja quase exclusivamente com membros da sua própria raça.

SOFRENDO DISCRIMINAÇÃO

Entre 6 e 30 por cento dos negros dizem que foram tratados de maneira injusta por causa da sua raça nos últimos 30 dias em cada um de uma série de ambientes da vida cotidiana: ao fazer compras, no trabalho, ao jantar fora, ao usar meios de transporte coletivo, em contato com a polícia. Quarenta e cinco por cento dos negros reportam discriminação em pelos menos uma dessas situações. O mais elevado nível de discriminação percebida (30 por cento) ocorre no comércio; o mais baixo, 6 por cento, ocorre ao utilizar o transporte coletivo. A Gallup observou que, apesar da atenção negativa que os encontros entre os negros e a polícia têm recebido nos últimos anos, a incidência reportada pelos negros de discriminação percebida

ao lidar com a polícia é uma das mais baixas, 15 por cento. Por outro lado, a experiência de jovens negros do sexo masculino (com idades entre 18 e 34 anos) é nitidamente diferente. Setenta e cinco por cento deles — mais do que qualquer outro segmento da população negra dos Estados Unidos, incluindo as mulheres negras jovens — têm a probabilidade de dizer que já sofreram discriminação, especialmente ao fazer compras (45 por cento) e na interação com a polícia (34 por cento).

CONCLUSÕES

Os números contam uma história de importantes diferenças na percepção entre os brancos e os negros, mas de modo geral, eles mostram menos problemas raciais, menos discriminação, mais oportunidades para os negros e uma diminuição do preconceito pessoal. Essas atitudes representam uma mudança significativa em um período de 30 anos, um tempo relativamente curto quando se avalia mudanças importantes em comportamento e crenças.

Por outro lado, problemas raciais significativos, incidências diárias de discriminação, desigualdade nas oportunidades e preconceito contra os negros ainda persistem. Apesar da persistência dessas atitudes, no entanto, os níveis de satisfação dos negros têm crescido continuamente nos últimos anos. ■

UM RETRATO ESTATÍSTICO

As tabelas abaixo proporcionam uma rápida visão, em termos econômicos, da situação dos brancos, negros, hispânicos (as pessoas de origem hispânica podem ser de qualquer raça) e da sociedade como um todo. Como se pode ver com clareza a partir dos dados da Gallup, a situação dos grupos tanto em termos reais quanto percentuais está melhorando. As informações abaixo demonstram porque ainda há motivo para preocupação.

Embora a primeira tabela de distribuição de renda mostre que dentro de cada grupo designado a proporção de pessoas em cada quintil de renda é aproximadamente igual, a segunda tabela mostra que em dólares absolutos, há disparidades substanciais entre os grupos. A terceira e a quarta tabelas documentam as disparidades entre os grupos, no que se refere à pobreza e a empregos.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA TOTAL NOS ESTADOS UNIDOS POR QUINTOS DA POPULAÇÃO - EM PORCENTAGENS

O U.S. Census Bureau (Bureau de Censo dos Estados Unidos) examina a distribuição da renda total dos Estados Unidos por quintis ou quintos (0-20% da população total dos Estados Unidos recebem 4.4 por cento de toda a renda, 21-40%, etc.). Tendo como base os números de 1995, vemos a seguinte distribuição em termos de porcentagem:

	1/5 inferior	2°-1/5	3° 1/5	41° 1/5	1/5 superior
Pop. EUA (TOTAL)	4.4 %	10.1 %	15.8 %	23.2 %	46.5 %
BRANCOS	4.8 %	10.4 %	16.0 %	23.0 %	45.8 %
NEGROS	3.3 %	8.7 %	15.2 %	24.1 %	48.7 %
HISPÂNICOS*	4.1 %	9.5 %	15.1 %	23.2 %	48.1 %*

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA POR QUINTOS EM TERMOS DE DÓLARES DE 1995. OS VALORES EM DÓLARES MOSTRADOS INDICAM O LIMITE SUPERIOR DE CADA QUINTO.

	1/5 inferior	2°-1/5	3° 1/5	41° 1/5	1/5 superior
Pop. EUA (TOTAL)	\$19,070	\$32,985	\$48,985	\$72,260	Não Aplicável
BRANCOS	\$20,916	\$35,046	\$51,000	\$75,000	N.A.
NEGROS	\$10,200	\$20,000	\$32,296	\$51,016	N.A.
HISPÂNICOS*	\$11,479	\$19,677	\$30,022	\$48,492	N.A.

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM CONDIÇÃO DE POBREZA - 1993

Pop. total EUA	Brancos	Negros	Hispânicos*
15.1 %	12.2 %	33.1 %	30.6 %

DESEMPREGO NOS EUA - NÚMEROS MÉDIOS DE 1994

Pop. total EUA	Brancos	Negros	Hispânicos*
6.1 %	5.3 %	11.5 %	10 %

*As pessoas de origem hispânica podem ser de qualquer raça

AÇÃO AFIRMATIVA: UMA discussão crucial

Poucos assuntos dentro do contexto de raça e diversidade estimulam tantos debates quanto a ação afirmativa. Nesta seção, Ricardo R. Fernandez argumenta que esta política trouxe os americanos a uma posição mais próxima de uma sociedade realmente completa, e que, portanto, deve continuar em vigor. Glenn C. Loury sugere uma abordagem de desenvolvimento ao invés de uma abordagem preferencial, para a ação afirmativa. E William A. Galston apresenta, para consideração, algumas propostas de política, que levariam a sociedade americana além do atual sistema e do debate contínuo.

EXCLUSÃO E INCLUSÃO: O IMPACTO DA AÇÃO AFIRMATIVA

RICARDO R. FERNANDEZ

A mais extraordinária característica do debate, que recentemente tem crescido, sobre a ação afirmativa, é que raras vezes tal debate começou com qualquer consenso sobre o que o termo significa, de fato; raras vezes, também, houve qualquer tentativa de definir os pontos em comum antes de se começar a discutir sobre as diferenças. Um exame do assunto no seu contexto histórico pode ser útil para se compreender exatamente o que está sendo discutido, e também para se compreender as visões opostas e seus valores subjacentes.

Fundamentalmente, ação afirmativa é um termo global aplicado a qualquer uma entre um determinado número de estratégias cuja finalidade é promover e, em última análise, conseguir, a igualdade das oportunidades. Portanto, ela se aplica

ao emprego, à educação, à moradia, ao direito ao voto — em suma, a todos os aspectos da vida.

Quando o presidente Franklin D. Roosevelt emitiu um Ato do Executivo em 1941 ordenando às fábricas de material bélico que abrissem vagas para funcionários negros, ele estava agindo mais por necessidade do que por altruísmo. O número de trabalhadores brancos do sexo masculino era limitado por causa do esforço de guerra e embora as mulheres - brancas e negras - estivessem assumindo algumas das posições, isso não era suficiente. Portanto, os homens negros que anteriormente haviam sido excluídos, ou que, na melhor das hipóteses sofriam severas limitações na obtenção desses empregos, tiveram a oportunidade de integrar a força de trabalho e contribuir de maneira importante para a produção da América durante a

guerra. O ato de Roosevelt também criou uma entidade de auditoria e fiscalização, o Fair Employment Practices Committee (Comitê de Práticas Justas de Emprego) que continuou a existir com esse nome até a década de 60, quando o Congresso lhe atribuiu uma autoridade mais abrangente e passou a chamá-lo Equal Employment Opportunity Commission (EEOC) (Comissão de Oportunidades Iguais de Trabalho).

O fim da Segunda Guerra Mundial, no entanto, significou também o fim de muitas oportunidades de trabalho que haviam surgido para as minorias. Além disso, a intensa campanha pró-democracia e pró-igualdade que havia sido feita pelo governo dos Estados Unidos para estimular o apoio ao esforço de guerra serviu para aumentar a consciência do público a respeito das contradições entre os ideais declarados e as práticas, de fato, no que se referia às minorias. Aumentaram as pressões para melhorar a taxa de inclusão de negros e outras minorias em todos os aspectos da vida da nação.

Andrew Hacker, em "Two Nations" (Duas Nações), chama a atenção para o fato de que a expressão "ação afirmativa" foi criada pelo Governo Kennedy [1961-1963], que determinou que as empresas que tivessem negócios com o Governo dos Estados Unidos tomassem "providências positivas" para ter uma força de trabalho em que as raças estivessem representadas. Mais tarde, em um governo Republicano, o U.S. Office for Civil Rights (Escritório de Direitos Civis dos Estados Unidos) adotou a mesma abordagem em relação aos padrões linguísticos para os estudantes membros das minorias, determinando que os distritos escolares que recebessem verbas federais tomassem "medidas afirmativas" para corrigir "deficiências de linguagem" de modo a fazer com que seus programas educacionais fossem abertos a todas as crianças.

A Lei dos Direitos Divis (Civil Rights Act) de 1964 que foi aprovada por uma maioria bipartidária do Congresso dos Estados Unidos, proibiu a discriminação baseada em raça, religião, sexo, ou origem nacional. O Title VII (Parte VII) da lei, especificamente, baniu a discriminação no trabalho. A prova da necessidade dessa legislação, que não foi aprovada por uma parte significativa do público norte-americano, se baseava em uma história longa e documentada da exclusão de negros (e outros) das

ocupações de prestígio e poder. Os proponentes da legislação argumentavam que a capacidade e o talento natos são distribuídos com relativa igualdade entre todos os grupos, de modo que a ausência (ou quantidades muito pequenas) de negros em certas profissões, em conjunto com alguns outros indicadores (baixo desempenho escolar, altos níveis de pobreza) constituíam prova suficiente de que eles haviam sido discriminados. A raça, que por quase um século após a Proclamação da Emancipação [emitida pelo presidente Lincoln em 1863] havia sido usada para discriminar negros e outras minorias, finalmente estava banida como critério a ser usado ao se julgar as qualificações de um indivíduo para o trabalho.

No entanto, a proibição do uso da raça como critério para excluir os negros não resultou, nos anos que se seguiram, em números maiores no que se referia a empregos, profissões ou moradia. Vamos recordar, só para usar um exemplo, as várias estratégias criadas pelos poderes legislativos estaduais e secretarias da educação no final da década de 60 para evitar a extinção de um sistema duplo de educação que havia sido tornado inconstitucional pelo Tribunal Superior dos Estados Unidos (U.S. Supreme Court) em 1954. A resistência dos brancos ao término da segregação, inicialmente no sul, e mais tarde no oeste e no norte, na década de 70, fez com que os tribunais federais se envolvessem na aplicação do mandato constitucional por meio de estratégias "afirmativas", como por exemplo o transporte utilizando ônibus (busing) (isto é, transportar os alunos de uma raça, de ônibus, para escolas onde a população era de uma raça diferente). No campo do trabalho, onde os números de negros empregados não haviam crescido significativamente nos anos que se seguiram à Lei dos Direitos Civis, metas numéricas começaram a aparecer como parte do "Philadelphia Plan" (Plano de Filadélfia) do Governo Nixon [1969-1974]. Em 1972 o Title VII (Parte VII) foi modificado para que o Governo Federal (a EEOC e os tribunais) pudessem exigir medidas específicas como uma forma de compensar as práticas discriminatórias do passado. A raça, que havia sido banida anteriormente como critério para a exclusão, agora havia se tornado a base para se determinar até que ponto a inclusão havia se concretizado.

Essa estratégia baseada em resultados criou uma contradição óbvia: a raça, que não podia ser usada para excluir ninguém, passou a ser o critério para avaliar como os negros e outros grupos sub-representados (latinos, asiáticos) estavam sendo integrados à vida americana. Alguns empregadores começaram a protestar contra as "quotas" de grupos específicos incluídas nos planos de conformidade negociados com a EEOC impostos por ordem dos tribunais. A resistência contra o transporte de alunos de ônibus (busing) levou o Congresso a promulgar a Lei das Oportunidades Iguais (Equal Opportunity Act) em 1974, a qual, na verdade, era um esforço para resistir à extinção da segregação. A aplicação da ação afirmativa continuou durante o Governo Carter (1977-1981), mas com a chegada de Ronald Reagan à Casa Branca em 1981, foi dado um recado que não deixava dúvidas: essa iniciativa "afirmativa" já havia chegado ao seu limite. A aplicação das leis e regulamentos sobre os direitos civis deixou de ser enfatizada durante a década de 80 e os críticos da ação afirmativa começaram a questionar a sabedoria de uma política que, na sua percepção, era uma forma de "discriminação ao contrário".

O termo "discriminação ao contrário" sugere que as minorias usufruíram tantas vantagens sobre os brancos que agora elas estão em uma situação melhor do que a dos brancos, ou pelo menos conseguiram uma paridade proporcional à quantidade de indivíduos da(s) sua(s) raça(s) na sociedade. Os fatos não confirmam essa insinuação. As medidas afirmativas para incluir minorias na força de trabalho produziram ganhos mínimos ou bem modestos. Por exemplo, um estudo cuidadosamente controlado sobre o impacto da ação afirmativa em 68.000 firmas que tinham contratos com o Governo dos Estados Unidos revelou que, entre 1974 e 1980, o número de empregados negros do sexo masculino nessas firmas teve um crescimento de 6 por cento enquanto o número de mulheres negras empregadas cresceu em 11 por cento. Na educação superior, o Centro Tomas Rivera reporta que entre 1981 e 1993, o número de professores latinos no University of California System (Sistema da Universidade da Califórnia) teve um crescimento de 1.4 por cento e o número de professores universitários negros cresceu em 0.6 por

cento, de 1.8 por cento para 2.4 por cento. Sem dúvida, sem essas medidas afirmativas, pouco ou nenhum progresso teria sido observado no ritmo de admissão de negros e latinos; na verdade, até mesmo os ganhos obtidos anteriormente poderiam ter sofrido algum desgaste.

No atual debate, o princípio das oportunidades iguais não parece estar sendo discutido. Até mesmo os mais veementes opositores da ação afirmativa concordam que ninguém deveria ser discriminado por causa da raça. Então qual é o problema de verdade?

Sem dúvida, muitos políticos aproveitaram a ação afirmativa como uma oportunidade de criar problemas para os quais eles podem criar soluções fáceis e baratas, e assim conquistar as cabeças e os votos dos desinformados. Eles fazem campanhas contra os membros das minorias que são desqualificados ou pouco qualificados e que estão ocupando os empregos para os quais os candidatos qualificados que não fazem parte de nenhuma minoria são rejeitados. Eles reclamam sobre a injustiça de se admitir minorias nas universidades quando candidatos das maiorias com melhores notas e melhores testes ficam de fora.

O problema real que está irritando os eleitores, o aumento da concorrência por um número cada vez menor de empregos, que em geral requerem pouca especialização, não é tão fácil de resolver. E nem é simples o fato de que o nosso sistema público de educação precisa ser trazido aos padrões do século XXI em termos de instalações, conteúdo programático e qualificações dos professores se quisermos formar cidadãos com a capacidade de lidar com os problemas que teremos que enfrentar no futuro.

Um dos motivos pelos quais as universidades às vezes admitem certos alunos com notas e testes de seleção medíocres é que elas reconhecem o potencial de muitos que foram mal preparados, mas mesmo assim possuem a capacidade e a motivação para se dar bem em uma instituição de ensino superior. Após serem admitidos, esses alunos competem em bases iguais com todos os outros. Nossos líderes políticos terão que enfrentar a realidade da preparação educacional inadequada com algo mais do que palavras de ordem simplistas.

Embora a continuidade das políticas de ação afirmativa não possa, sozinha, resultar na melhoria das escolas públicas, a abolição dessas políticas só servirá para desviar a atenção dos problemas mais importantes que temos. Os políticos não são os únicos que acham fácil evitar a responsabilidade pela melhoria do nosso sistema educacional público (especialmente nas grandes cidades) e a fugir dos nossos problemas econômicos. Entre os críticos da ação afirmativa estão também aqueles que acreditam que as minorias criam os seus próprios problemas, liberando assim a maioria da tarefa de encontrar uma maneira de incluir as minorias na vida econômica da nação.

Dinesh D'Souza, em "The End of Racism" (O Fim do Racismo), atribui os problemas encontrados pelas minorias, especialmente os negros, a "padrões de comportamento culturais destrutivos e patológicos" e a "uma resistência ao sucesso acadêmico". Pelo menos a sua teoria implica reconhecer que esses negros não estão se apoderando de todos os bons empregos à custa dos brancos que seriam mais merecedores. No entanto, ele não percebe o âmago da questão. Embora se possa encontrar alguns indivíduos com os traços que o senhor D'Souza descreve, as conclusões que ele tira ignoram o óbvio. Sendo ou não os seus alunos considerados social ou culturalmente dignos pelo senhor D'Souza, o fato é que muitas escolas de primeiro e segundo grau que atendem às minorias não são apenas inadequadas, elas são contra-producentes, e são pouca coisa além de pontos de reunião para estudantes insatisfeitos que são obrigados por lei a aceitar a fraude que tem a pretensão de ser a sua educação. Os formandos dessas escolas, em geral, só estão preparados para o trabalho mais braçal e não estão nem minimamente preparados para frequentar as instituições de ensino superior. Mesmo assim os oponentes da ação afirmativa gostariam de impedir até mesmo os poucos alunos que conseguem manter notas quase competitivas, apesar das escolas onde estudaram, de ter a oportunidade de realizar o seu potencial. Não é racional fingir que todos podem competir em pé de igualdade por uma vaga na universidade quando sabemos que muitos já estão em desvantagem desde o começo, não por falta de capacidade, mas devido a uma preparação escolar desigual.

O futuro da ação afirmativa está sendo discutido nos campos jurídico e político. Em 1995, o Tribunal Superior dos Estados Unidos determinou, no caso *Adarand v. Peña*, que qualquer ação governamental baseada em raça para conceder contratos do governo dos Estados Unidos deve ser submetida a rígido escrutínio. Embora essa decisão tenha mudado pouca coisa em relação à legalidade da ação afirmativa, ela era uma indicação do que aconteceria depois. Naquele mesmo ano, mais tarde, os diretores da University of California (Universidade da Califórnia) conduziram uma votação com o objetivo de não mais usar a ação afirmativa no processo de admissão de alunos no UC System (Sistema da Universidade da Califórnia). A resposta do presidente Clinton à ação dos Diretores foi defender a modificação dos procedimentos de ação afirmativa, ao invés de simplesmente eliminá-los, quando ele disse: "Modifiquem o procedimento, mas não acabem com ele!" Em seguida a Proposition 209 (Proposta 209) foi aprovada (na Califórnia); essa proposta eliminou o tratamento preferencial de mulheres e minorias pelas órgãos governamentais, incluindo faculdades e universidades. No início de 1996, o Tribunal de Recursos da Quinta Circunscrição dos Estados Unidos (U.S. Court of Appeals for the Fifth Circuit) determinou, no caso *Texas v. Hopwood* que a University of Texas Law School (Faculdade de Direito da Universidade do Texas) não poderia aplicar critérios muito diferentes ao julgar candidatos das minorias e candidatos que não fizessem parte das minorias, dessa forma, parecendo rejeitar o fundamento lógico usado na decisão do Tribunal Superior dos Estados Unidos em 1978 no caso *Regents of University of California v. Bakke* (Diretores da Universidade da Califórnia v. Bakke). O resultado imediato dessas ações foi uma grande diminuição no número de candidatos e alunos matriculados de minorias, tanto no UC System quanto na University of Texas Law School. O Tribunal Superior dos Estados Unidos concordou em rever os princípios e práticas da ação afirmativa no caso *Taxman v. Board of Education of the Township of Piscataway* (Secretaria da Educação da Cidade de Piscataway). O tribunal deverá divulgar o seu parecer em meados de 1988.

Mas mesmo se a ação afirmativa perder o apoio popular, não devemos deixar de enfatizar a

necessidade de implementar outras estratégias positivas para a participação de todos os grupos na nossa vida nacional. É interesse de todos os americanos assegurar que a desigualdade seja reduzida e que os benefícios econômicos e sociais sejam distribuídos de maneira mais justa entre os grupos que formam a nossa sociedade. Se não fizermos isso, os conflitos entre os ricos e os pobres aumentarão, com o conseqüente custo social e econômico para a nação. Os Estados Unidos não podem se dar ao luxo de ter uma grande população de trabalhadores despreparados, mal preparados e excluídos e esperar que a sua economia prospere ao competir diretamente com outros países.

Esse é um problema nacional, e não apenas um problema para as minorias. Quaisquer que sejam as falhas atribuídas à sua implementação, a ação afirmativa nos trouxe para mais perto do ideal americano de uma sociedade realmente completa. ■

Ricardo Fernandez é o presidente do Lehman College (Faculdade Lehman), no Bronx, Nova Iorque, que faz parte da City University of New York (Universidade da Cidade de Nova Iorque). Uma versão desta artigo apareceu na Latino Review of Books, Volume 2, Spring 1996. (Resenha Latina de Livros, Volume 2, Primavera de 1996).

COMO CONSERTAR A AÇÃO AFIRMATIVA

GLENN C. LOURY

As políticas da ação afirmativa são necessárias e justificadas? Eu acredito que a consciência de raça é útil e apropriada para algumas finalidades de política. Como podemos medir o grau de justiça e a necessidade de uma correção no campo da educação, emprego, moradia, e uma variedade de serviços públicos, se insistirmos no "absolutismo das cores", a noção de que a Constituição requer que o Governo dos Estados Unidos ignore a identidade racial dos cidadãos?

Por outro lado, eu acredito que o estudo da ação afirmativa tem sido território exclusivo dos advogados e filósofos, e tem atraído muito pouco interesse por parte dos economistas e outros cientistas sociais. Embora o afastamento do absolutismo das cores seja legal e desejável em algumas circunstâncias, há razões urgentes para questionar a sabedoria de contar tão radicalmente quanto estamos contando agora com a preferência racial para conseguir a inclusão cívica para os negros.

Para começar, pode-se esperar, logicamente, que o uso generalizado de preferência pode comprometer a percepção da competência dos negros. Esse argumento não é uma especulação sobre os sentimentos dos indivíduos que podem ou não ser os beneficiários da ação afirmativa. Muito pelo contrário, ele trás à tona as inferências racionais, estatísticas que os observadores neutros têm o direito de fazer sobre as qualificações desconhecidas das pessoas que podem ter sido preferidas, ou rejeitadas, em um processo de seleção.

Outro motivo para o ceticismo a respeito da ação afirmativa é que ela pode prejudicar os incentivos que os negros podem ter para desenvolver sua capacidade competitiva. Por exemplo, o tratamento preferencial pode levar à condescendência em relação a empregados e alunos negros, isto é, o estabelecimento de um padrão inferior de desempenho esperado para os negros em relação ao

padrão para os brancos, por causa da crença de que os negros não podem atingir um padrão mais alto, e comum a ambas as raças. O comportamento desse tipo pode ser baseado em uma profecia auto-realizada. Em outras palavras, o desempenho observado entre os negros pode ser inferior justamente porque os negros estão sendo tratados com condescendência, uma política adotada por que um empregador, encarregado da seleção ou gerente de pessoal deve seguir as normas da ação afirmativa.

Pense em um local de trabalho onde um supervisor que opere de acordo com essas normas deva apresentar recomendações para a promoção de seus subordinados. Vamos imaginar que ele tenta promover negros sempre que possível, monitora o desempenho dos empregados e baseia suas recomendações nessas observações. A pressão para promover negros pode levá-lo a diminuir a importância das deficiências no desempenho dos subordinados negros, recomendando que eles sejam promovidos, quando ele não faria isso por brancos que apresentassem resultados similares. Mas o seu comportamento pode comprometer a capacidade que os empregados têm de identificar e corrigir suas deficiências, encorajando-os a pensar que podem progredir profissionalmente sem atingir o mesmo nível de proficiência dos seus colegas brancos.

Uma situação parecida pode ocorrer entre os candidatos a vagas em cursos de pós-graduação. Se a maioria das instituições de ensino superior, no intuito de admitir uma certa porcentagem de negros, aceitar candidatos negros com resultados em testes e notas abaixo daqueles de alguns brancos que elas reprovarem, o recado para os alunos negros é que o nível de desempenho necessário para a admissão é inferior ao que os brancos sabem que precisam conseguir. Se os estudantes negros e brancos responderem a essas expectativas diferentes, eles podem, como resultado, obter notas e resultados de

testes que reflitam a diferença esperada. Dessa forma, a crença, por parte da escola, de que padrões de admissão diferentes são necessários se transforma em uma profecia auto-realizada.

O tema comum nesses dois casos é que o objetivo de ver maior representação negra é alcançado usando critérios diferentes que refletem as distinções entre as raças. Essa utilização, no entanto, reduz os incentivos para os negros. Eu não acredito que os negros sejam menos capazes que os brancos em uma determinada situação. Mas acredito que a responsabilidade de um indivíduo de usar sua capacidade é comprometida por uma política condescendente de um empregador ou equipe de seleção.

Uma maneira de resolver ou evitar esse dilema é fazer com que as empresas ou escolas consigam o seu nível desejado de participação de negros por meio de um esforço coletivo para melhorar o desempenho e ao mesmo tempo manter padrões comuns a todos para a avaliação. Isso pode ser chamado ação afirmativa "de desenvolvimento" ao invés de "preferencial". Um esforço desse tipo, que tivesse como objetivo a melhoria do desempenho entre os empregados ou estudantes negros não constitui, de maneira alguma, um comportamento que ignora as cores. Pelo contrário, parte da premissa de que há uma preocupação direta com a igualdade das oportunidades para todas as raças e envolve a atribuição de benefícios em função da raça. O que distingue essa abordagem do tratamento preferencial, no entanto, é que ela leva a sério a realidade de desempenhos diferentes e tenta reverter a situação de maneira direta, ao invés de tentar se esconder dela estabelecendo um nível diferente de expectativa do desempenho dos negros.

Por exemplo, alunos negros são muito menos numerosos do que alunos brancos e de origem asiática em cursos avançados de matemática e ciências. Estimular sua entrada nessas áreas por meio de cursos de verão, apoio ao desenvolvimento do programa em universidades tradicionalmente negras, ou a concessão de bolsas de pesquisa para alunos de pós-graduação que apresentem algum potencial, são coisas que estariam dentro da minha distinção entre as abordagens "preferencial" e "de desenvolvimento" para a ação afirmativa.

Outra coisa coerente, seria a provisão de assessoria gerencial às empresas cujos proprietários fossem negros; assim se poderia esperar que elas disputassem contratos com o governo de forma competitiva. Poder-se-ia permitir a admissão provisória de alunos negros na universidade estadual, desde que eles melhorassem sua pontuação acadêmica após um ano ou dois de estudo em uma faculdade local. A chave é que a assistência aos membros das minorias seja de curta duração, e que prepare os beneficiários para entrar em uma arena de competição onde eles seriam avaliados pelos mesmos padrões aplicáveis a todos os outros.

Infelizmente, os economistas parecem ser as únicas pessoas persuadidas por, ou até mesmo interessadas, nesse tipo de discussão técnica sobre a ação afirmativa. Portanto, farei uma série de considerações morais e políticas que podem ser de interesse popular mais amplo e mesmo assim apontar na mesma direção.

Vamos começar com uma coisa óbvia: A situação deplorável da sub-classe que vive nos bairros mais pobres das grandes cidades. O aspecto mais intratável do problema da desigualdade racial de hoje não foi atenuado pelas políticas de ação afirmativa, nem mesmo depois de um quarto de século de tentativas. Os defensores das preferências raciais respondem dizendo que tais políticas nunca tiveram esse objetivo. Mas isso apenas nos leva ao meu segundo ponto: A contínua demanda de tratamento preferencial como sendo necessário para a realização dos negros acaba sendo, com o decorrer do tempo, uma confissão de derrota pelos negros de classe média na nossa luta pela igualdade cívica.

O discurso político sobre a ação afirmativa possui um sub-texto paradoxal: Os negros de classe média almejam a igualdade de status com os brancos chamando a atenção para as suas próprias - limitadas - realizações, e portanto, estabelecendo a necessidade de políticas preferenciais. Ao mesmo tempo, as elites brancas solidárias, ao ceder às exigências dos negros, deixam claro que sem a sua preferência a penetração dos negros nas camadas superiores da sociedade dos Estados Unidos seria impossível. O paradoxo é que, embora a igualdade

seja o objetivo da instituição, esta não é uma troca entre iguais, e nunca poderá ser.

Os membros da classe média negra que argumentam que, sem algumas concessões especiais eles não podem competir com os brancos, estão lisonjeando esses brancos, e ao mesmo tempo estão confirmando a sua própria fraqueza. E os brancos, que pensam que os erros da sociedade exigem que se dê aos negros o benefício da dúvida sobre as suas qualificações, estão exercendo uma "noblesse oblige" que é um privilégio dos poderosos.

Essa troca entre a fraqueza negra e o poder branco se tornou um paradigma básico para as relações raciais "progressivas" na América contemporânea. Os negros de origem privilegiada agora têm o hábito de exibir a não-realização, citando morbidamente as taxas mais altas de sucesso dos brancos em uma ou outra profissão ou negócio, para poder obter vantagens na sua apologia do tratamento pretencial. O fato de que asiáticos de origem mais modesta frequentemente conseguem taxas mais elevadas de sucesso não é mencionado. Mas a capacidade limitada desses negros mais afortunados de fazer algum progresso por sua conta e risco não pode ser ignorada.

É moralmente injustificado, e, para este afro-americano, humilhante, que o tratamento preferencial baseado na raça deva ser institucionalizado para aqueles de nós que agora estão usufruindo todas as vantagens da vida de classe média. A idéia de que meus filhos possam se considerar supostamente em uma condição de desvantagem por causa da sua raça é intolerável para mim. Na verdade, eles se encontram entre os jovens de origem africana mais ricos que podem ser encontrados em qualquer lugar na face da terra. Esta não é uma realização à qual eles não possam legitimamente aspirar. Qualquer que seja o grau de sucesso que eles obtenham na vida, o fato de que alguns de seus ancestrais eram escravos e outros foram alvo de uma intolerância ultrajante terá pouca coisa a ver com isso.

De fato, esses ancestrais, com apenas uma fração da oportunidade, e com uma boa parte da estrutura do poder da sociedade contra eles, conseguiram educar seus filhos, adquirir terras, fundar instituições comunitárias, e se empenhar em uma luta bem sucedida pela igualdade de direitos. A geração que

chegou à maioria na década de 60, agora oculta na classe média negra burguesa, se beneficia desse status principalmente porque seus pais e avós cumpriram fielmente as suas responsabilidades. Os benefícios da ação afirmativa, quaisquer que possam ter sido, são insignificantes em comparação com essa herança.

Meus avós, com seus irmãos e primos, deixaram a área rural do Mississippi e foram para Chicago após a Primeira Guerra Mundial. Enfrentando incrível hostilidade racial, eles mesmo assim conseguiram criar um ambiente para seus filhos, que por sua vez, conseguiram adquirir propriedades e ter acesso às profissões liberais. Para a maioria dos negros de classe média, esta é uma história familiar. Nossos antepassados, desde o tempo da escravidão, tiveram um desempenho magnífico sob condições adversas. É chegada a hora de fazermos a mesma coisa, nós e nossos filhos. É uma vergonha para a memória de nossos ancestrais escravizados que, com muito mais liberdade, nós, os negros de classe média, agora precisemos contar com os brancos, de qualquer corrente política, para assegurar a realização dos nossos sonhos.

Os filhos da classe média negra de hoje viverão suas vidas em uma era de oportunidades iguais. Eu reconheço que só por citar este simples fato, vou atrair a ira de muitas pessoas. Não estou querendo afirmar que a discriminação racial desapareceu. Mas insisto em dizer que as barreiras históricas para a participação dos negros na vida política, social e econômica da nação diminuíram dramaticamente durante as últimas quatro décadas, especialmene para os 20 por cento mais ricos da população negra. Sem dúvida, está na hora de paramos de usar aquela desculpa "pronta" que o racismo oferece.

Da mesma forma, está na hora de aceitar a responsabilidade pelo que nós e nossos filhos realizarmos, e também pelo que não realizarmos.

Glenn C. Loury é professor universitário, professor de economia, e diretor da *Institution on Race and Social Division (Instituição Sobre as Divisões Sociais e Raciais)* da Boston University (Universidade de Boston). Este artigo foi reproduzido, em parte, de *The Public Interest*, Number 127, Spring 1997, (*O Interesse Público*, Número 127, Primavera de 1997) e está sendo usado com permissão do autor. ■

ALÉM DO SISTEMA ATUAL: ALGUMAS OPÇÕES DE POLÍTICA PARA A AÇÃO AFIRMATIVA

WILLIAM A. GALSTON

Ocorrências recentes no direito constitucional, na opinião pública e na arena política fizeram com que modificações significativas nos programas existentes de ação afirmativa se tornassem praticamente inevitáveis.

Isso não significa necessariamente o abandono dos objetivos de antidiscriminação e igualdade nas oportunidades. Podemos dizer que permitimos que os programas de ação afirmativa arcassem com um peso prático e simbólico demasiadamente alto, que deixamos de lado outras formas de lutar contra a discriminação, e que contamos somente com a ação afirmativa, em detrimento de uma agenda mais ampla de igualdade nas oportunidades.

De qualquer maneira, precisamos reconhecer que há impedimentos permanentes à realização do sonho de igualdade nas oportunidades. Esses impedimentos não são apenas uma questão de recursos e vontade. Eles também se originam dos valores profundamente enraizados no ideário da democracia liberal. Para se conseguir total igualdade nas oportunidades, seria necessário equalizar todos os fatores que afetam o desenvolvimento dos talentos. Como os filósofos desde Platão têm observado, isso implicaria (entre outras coisas) ações altamente invasivas e coercitivas do governo para corrigir o impacto diferencial de variáveis como a origem da família e a cultura. A história do debate sobre a ação afirmativa confirma que não podemos evitar e nem eliminar totalmente a tensão entre a igualdade nas oportunidades e a liberdade pessoal.

Tendo isso em mente, eu gostaria de sugerir algumas opções de política, baseadas nas realidades jurídicas e sociais, que nos levassem à frente do sistema atual e do debate que dele resulta.

1. Modificar os atuais programas federais em conformidade com as recentes decisões do Tribunal Superior. Isso tornaria necessária a eliminação de quotas, separações, programas exclusivos de raças e aqueles com argumento lógico puro no que diz respeito à diversidade. Alguns programas preferenciais provavelmente sobreviveriam a esse teste.

2. Eliminar os programas nos quais o peso das classificações raciais e étnicas esteja recaído demais sobre alguns indivíduos. Isso significaria, no mínimo, proibir demissões ou diminuições de quadros de empregados baseados em raça.

3. Restringir os programas de ação afirmativa a "assistência para melhorar as oportunidades". De acordo com essa opção, esforços como por exemplo a extensão de serviços e o recrutamento baseados em raças, cursos de reforço e treinamento antes e depois do recrutamento, assistência técnica e orientação, continuariam. As preferências raciais e étnicas seriam eliminadas, assim como as quotas e as separações.

4. Usar o teste de classe como um substituto ou um complemento à raça e à etnicidade. A desvantagem de classe restringe a capacidade de um número muito grande de jovens de obter as credenciais e qualificações formais para o acesso ao emprego e à instrução superior.

5. Retornar à interpretação da ação afirmativa como uma iniciativa transicional ao invés de permanente. Uma versão disso seria o estabelecimento de datas de término ou final de validade para os programas de ação afirmativa. Outra versão seria estabelecer limites de tempo e

revisão pública obrigatória antes da reautorização desses programas.

6. Distinguir entre os benefícios sociais que mais se assemelham a oportunidades (como a educação superior) e aqueles que mais se assemelham a resultados (contratos governamentais). De acordo com essa abordagem, as ferramentas de ação social que provocam mais controvérsias, como por exemplo, as preferências, ficariam reservadas para os benefícios sociais que criassem mais oportunidades.

7. Reexaminar e revisar os padrões de mérito. Os padrões de mérito devem ser definidos em relação à capacidade para o desempenho de alta qualidade no futuro. Não é necessariamente tratamento "preferencial" as universidades estarem abertas à possibilidade de que um jovem oriundo de projetos habitacionais do governo com resultados médios em testes possa ter demonstrado tanto potencial para o sucesso quanto um morador de um subúrbio de classe média/alta com resultados melhores nos testes.

8. Reforçar a observância da legislação anti-discriminatória. O número de casos e reclamações de discriminação na seleção para empregos, segundo as informações disponíveis, aumentou muito nesta década. Reforçar a Equal Employment Opportunity Commission (Comissão Para a Igualdade de Oportunidades no Trabalho) e outros órgãos do Governo dos Estados Unidos, e aumentar significativamente as punições por discriminação.

9. Intensificar os esforços no sentido de proporcionar oportunidades iguais. A agenda completa da igualdade de oportunidades representa um enorme desafio, compreendendo uma grande variedade de programas e objetivos. Além de continuar a orientação aos pais, o atendimento e o cuidado com as crianças, Head Start(*), a reforma do ensino público, crédito educativo, treinamento técnico avançado, busca de empregos e interação entre empregos, e a promoção do espírito empresarial e da aquisição da casa própria, uma nova agenda de igualdade de oportunidades poderia ter como objetivo as instituições da sociedade civil dentro das comunidades minoritárias. Uma sugestão: a criação de um Fundo Nacional da América Negra que pudesse receber contribuições de capital para uma variedade de organizações sociais e culturais, e dar apoio a iniciativas tanto na área da organizações sem fins lucrativos quando na área empresarial.

(*) *N. do T.: Em inglês no original. Nome de um programa. Uma tradução livre seria "Vantagem na Partida".* ■

William A. Galston é diretor do Institute for Philosophy and Public Policy (Instituto de Filosofia e Política Pública) na University of Maryland School of Public Affairs (Escola de Assuntos Públicos da Universidade de Maryland). O Instituto foi fundado em 1976 com a finalidade de fazer pesquisas sobre os valores e conceitos subjacentes à política pública. Este artigo foi parcialmente reproduzido do Report from the Institute for Philosophy and Public Policy, Winter/Spring 1997 (Relatório do Instituto de Filosofia e Política Pública, Inverno/Primavera de 1997), páginas 2 a 9.

PERSPECTIVAS SOBRE A RAÇA

PREPARADO POR CHARLOTTE ASTOR

A questão racial na América continua a inspirar uma animada e intensa expressão de opiniões em toda a paisagem social e política do país. A seguir apresentamos uma amostragem de comentários recentes de várias fontes.

DIÁLOGO NACIONAL SOBRE AS RAÇAS

The New York Times:

A convocação, feita pelo presidente Clinton no dia 14 de junho, para uma conversa em âmbito nacional sobre as raças, deu margem a ceticismo e críticas de partidários de ambos os lados da fronteira racial. Os inimigos da ação afirmativa ficaram decepcionados por que ele não rejeitou o que eles consideram o caminho falho das quotas e preferências raciais. Os defensores das ações mais agressivas nas questões de raça e pobreza ficaram decepcionados porque ele não dedicou mais recursos ao treinamento profissional e nem à educação... O presidente, no entanto, enfocou o futuro, e encorajou o seu conselho consultivo recentemente nomeado, com o historiador John Hope Franklin como presidente, a escutar antes de fazer recomendações.

As questões de raça, ação afirmativa e diversidade podem ser discutidas com franqueza. Se o discurso do Sr. Clinton iniciar tal processo, e resultar em ações concretas, ele poderá ser lembrado como um marco histórico... (Reprodução parcial de um editorial de 16 de junho de 1997, p. A22).

DR. JOHN HOPE FRANKLIN:

Temos uma rara e exclusiva oportunidade de fazer uma contribuição significativa para a resolução do problema virtualmente insolúvel da raça que vem atormentando este país há mais de três séculos. Eu digo virtualmente insolúvel porque o problema foi criado e alimentado por seres humanos talentosos, mas o que o homem criou pode, de fato, ser desfeito...

A tarefa que foi atribuída a este conselho consultivo é impressionante, e até mesmo assustadora. Tivemos a vantagem de assumir a tarefa em uma atmosfera de paz... Devemos, portanto, aproveitar o presente e usá-lo para promover uma melhoria significativa no clima racial, nos contatos raciais e nas relações entre as raças em geral.

Se as relações entre os brancos e negros se transformaram na marca registrada das relações entre as raças em geral, elas serviram, por sua vez, para influenciar as relações inter-étnicas, inter-religiosas, e inter-raciais nos anos subseqüentes, em muitos lugares e de muitas maneiras:

"Mais malditos judeus," reclamavam americanos de origem européia ao observar o desembarque de imigrantes da Europa oriental na cidade de Nova Iorque em 1890. "Restrinjam os asiáticos de todas as maneiras possíveis" exigiam os americanos de origem ocidental no final do século XIX. "Construam cercas de uma milha de altura", ordenavam os americanos do sudoeste, à medida que mexicanos e

outros povos do sul entravam nos Estados Unidos em grandes quantidades, em meados do século XX .

Eu não sei quantos americanos, de qualquer cor ou origem nacional, estão familiarizados com essas velhas histórias. Alguns não conseguem ver a relevância... Para eles e para todos nós, eu diria que a sabedoria começa com o conhecimento, e que sem o conhecimento do passado não podemos traçar, com sabedoria, o nosso rumo para o futuro.

O presidente nos chamou para um diálogo nacional, e eu espero que todos nós atendamos ao seu chamado. Se falarmos com franqueza e honestidade dos assuntos sobre os quais os sentimentos são profundos e antigos, as conversas não ocorrerão sem dor...A estrada para a paz entre as raças tem seus problemas, e até mesmo dores. Mas vale a pena fazer essa viagem, por que no fim poderemos criar instituições e adotar práticas que nos ajudarão a construir comunidades...

Temos pouco tempo para criar um impacto em certos rumos da nossa sociedade que não são apenas antigos e poderosos, mas têm também muitos recursos. Não nos deixaremos intimidar pela sua força e nem pelos seus recursos, pois temos o apoio e a boa vontade de milhões de cidadãos americanos...Portanto, que comece o diálogo...(Trechos extraídos das observações feitas pelo Dr. John Hope Franklin na reunião de 14 de julho de 1997 do Conselho Consultivo Para a Iniciativa do Presidente Sobre Raça e Reconciliação. O Dr. Franklin, presidente do Conselho Consultivo, é uma das principais autoridades acadêmicas americanas na história dos afro-americanos. Entre os seus mais importantes trabalhos, destacam-se: "Racial Equality in America" (Igualdade Racial na América), 1976 e "From Slavery to Freedom: A History of Negro Americans" (Da Escravidão Até a Liberdade: Uma História dos Negros Americanos) [7ª Edição, publicada em 1994], e "The Color Line: Legacy for the Twenty-First Century" [A Linha da Cor: Um Legado Para o século XXI] 1993.)

RANDALL KENNEDY:

Promessas e perigos envolvem a iniciativa do presidente Clinton sobre as relações entre as raças.

A promessa é um exame bem focado das questões raciais, que esclarecerá dilemas, para que possamos, pelo menos, saber onde e porque discordamos uns dos outros. Esta é uma opção para uma reforma sensata. Quase todos reconhecem, como o presidente disse recentemente, que "temos um longo caminho a percorrer". Qual é, exatamente, o nosso objetivo?...

Queremos uma sociedade governada pela demografia racial, na qual ministérios de estado, júris criminais, e escritórios editoriais devem "parecer com a América?" Ou queremos uma sociedade governada por um princípio anti-discriminatório que requer que os cidadãos olhem além das aparências? Para compreender as ramificações dessa opção ...é preciso pensar e discutir muito. É por isso que o público deve ignorar as objeções daqueles que argumentam que já tivemos conversa à toa demais sobre as questões raciais. O que tivemos demais não foi conversa, o que tivemos demais foi retórica e espetáculo...

Para que a iniciativa de Clinton dê algum resultado memorável, ela precisa criar fóruns nos quais pessoas que tenham conhecimentos e consciência falem com os seus concidadãos sobre as questões raciais que os tocam mais fundo.

Precisamos ouvir sobre as pessoas que vivem nos guetos negros e pardos da nação. Precisamos ouvir o que essas pessoas dizem. Elas têm motivos para crer que se "jogarem de acordo com as regras" as suas vidas e as vidas dos seus filhos se tornarão mais prósperas, seguras e agradáveis?...Precisamos ouvir as mulheres brancas que vêm a raça como um sinal de que uma pessoa estranha, negra, do sexo masculino, representa um perigo maior para elas do que um homem branco estranho. Elas estão sendo sensatas? ...Precisamos ouvir os latinos, asiáticos e negros, que se vêm mutuamente com ressentimento racial e discórdia. Qual é a base da sua discórdia?...

Fazer essas perguntas, e outras ainda mais contundentes, e permitir e considerar um leque de respostas diversas pode ajudar a criar a conversa condutiva ao pensamento que muitos americanos gostariam de ter sobre os seus dilemas raciais. (The Washington Post, 15 de junho de 1997, pps. C1-2. Randall Kennedy é professor da Harvard Law School [Faculdade de Direito de Harvard] e é o autor de “Race, Crime and the Law” (Raça, Crime e a Lei), New York: Pantheon, 1997.)

ROBERT JOHNSON:

A primeira coisa, e a mais importante, é que o presidente, o líder deste país, está dizendo que a raça é uma das principais questões na América e está dando a ela o maior destaque. A segunda coisa: é no nível de negros-e-brancos que a questão deve ser tratada antes de mais nada, e eu espero que o grupo de trabalho do presidente trate disso como o principal conflito, a questão primária. (The Washington Post, 15 de junho de 1997. Robert Johnson é o presidente e principal executivo da Black Entertainment Television.)

ANITA ALLEN:

Eu vejo provas animadoras, na minha família, vizinhança e local de trabalho, da possibilidade de um tipo de unidade racial que transcenda a mera integração (a qual tende à assimilação) e o multiculturalismo (que tende à balcanização). Mas o presidente Clinton está certo quando diz que temos trabalho a fazer. Como nação, temos que assumir a responsabilidade moral pelas desigualdades e animosidades que são o legado da escravidão, da segregação amparada pela lei, e do preconceito. Precisamos criar novas abordagens criativas e politicamente viáveis para tratar das desigualdades econômicas, educacionais e sociais. (The Washington Post, 15 de junho de 1997. Anita Allen é diretora associada e professora no Georgetown University Law Center [Centro de Direito da Universidade de Georgetown], Washington, D.C.)

ANGELA OH:

Não se pode legislar atitudes nem reações instintivas. Mas o governo federal tem a capacidade de dar um tom, de divulgar algumas idéias para a consideração do país. Esta iniciativa vem em uma época em que paramos para pensar em outras possibilidades só porque estamos chegando ao ano 2000.

Quando falamos em relações raciais, uma coisa de que vamos nos conscientizar como nação é que somos uma nação muito jovem. Sim, cometemos erros...mas temos mantido uma força e uma liderança que ninguém nesse país quer perder. Como nação temos interesse em nos unir, e este presidente está sendo visionário ao pedir a este conjunto diversificado de pessoas e comunidades para se reunir em torno de uma mesa e considerar seriamente sobre onde estamos...

Somos um país que é único no que chamamos de raça. Eu conheço vários americanos de origem asiática que cresceram na América Latina... Eles se identificavam culturalmente como brasileiros, panamenhos, chilenos, e não em termos de raça. Quando eles vieram para cá... seus rostos... os colocaram na categoria de asiáticos. Então eles tiveram que lutar com o que aquilo significa neste contexto.

Este país sempre foi segmentado, baseado na cor da pele ou na raça. Quanto aos americanos de origem asiática, por causa da nossa aparência... Nossa susceptibilidade ou vulnerabilidade ao sermos chamados de estrangeiros nunca vai desaparecer. As pessoas já me perguntaram, como você se sente ao ser sempre vista como estrangeira? Negros já chegaram a me dizer, “Pelo menos nós sabemos que aqui é o nosso lugar...” Esta é uma questão muito inquietante quando alguém toca no assunto com você. Ninguém diz os negros americanos, “Voltem para o seu país”...

Temos esta herança maravilhosa no instrumento que proporciona a base para a construção desta nação [a Constituição dos Estados Unidos]. Quando os fundadores da nação prepararam esse documento, eles certamente não esperavam que pessoas como Angela Oh fizessem parte do quadro. Mas o extraordinário a respeito deste país é que as pessoas interpretam esses direitos de modo a

significar que queremos incluir as Angela Ohs, as Linda Chavez-Thompson [membro do conselho consultivo] e os John Hope Franklins... (Los Angeles Times, 13 de julho de 1997, p. M3. Angela Oh, uma advogada de Los Angeles, faz parte do Conselho Consultivo da Iniciativa do presidente Sobre Raça e Reconciliação. Ela também faz parte da Los Angeles City Human Relations Commission [Comissão de Relações Humanas da Cidade de Los Angeles] e da Korean American Family Service Center [Centro de Serviços à Família Coreana-Americana].)

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E AÇÃO AFIRMATIVA

CHRISTOPHER EDLEY, JR.:

Se os asiáticos ou qualquer outro grupo deve ser o alvo da ação afirmativa ou não depende do contexto e da justificativa para a ação afirmativa... Eu acho que algumas das principais escolhas devem ser se a discriminação baseada no grupo ainda existe e requer correção ou medidas preventivas, e se uma determinada instituição ou organização requer diversidade para ser excelente ou para cumprir a sua missão.

Para os novos imigrantes de modo geral, eu não acho que a questão é se eles ou os seus antepassados sofreram discriminação. Esse raciocínio parte da premissa que a justificativa moral da ação afirmativa tem algo a ver com a reparação de erros históricos. Não tem, na minha opinião. Eu pergunto, quais são os riscos atuais de discriminação, e qual é a força dos efeitos retardados da discriminação recente? Quais são os benefícios atuais dos esforços para incluirmos todas as raças e sermos diversificados em um determinado contexto? Para mim, o erro histórico é extremamente relevante porque ele cria, de maneira poderosa, a obrigação moral de adotar medidas eficazes que resultem em justiça racial e de gênero.

Se um grupo de imigrantes, baseado na nossa história, tem a probabilidade de superar obstáculos em relativamente pouco tempo, dentro da operação normal dos mecanismos de oportunidade da

América, a justificativa extraordinária para a ação afirmativa relacionada à raça deixa de existir. Mas se virmos um novo grupo com todas as probabilidades de se tornar mais uma geração de vítimas dos padrões familiares de discriminação e injustiça, algo precisa ser feito. A ação afirmativa, feita da maneira certa, pode ajudar. (De uma apresentação feita em 5 de outubro de 1996 no Internet Forum sobre a Proposta 209. Christopher Edley, Jr., que é professor de direito na Harvard University [Universidade de Harvard], participou da equipe que preparou o Relatório Para o Presidente sobre a ação afirmativa, de 19 de julho de 1995.)

JACK KEMP e J.C. WATTS JR.:

No [seu discurso de 14 de junho em] San Diego...quando [o presidente] tocou no assunto “ação afirmativa”, ele não ofereceu nenhuma melhoria para o atual sistema de quotas baseadas em raças, reservas e preferências. Ele lançou o seguinte desafio: “Peço-lhes que apresentem uma alternativa. Eu a aceitaria se pudesse encontrar um jeito melhor”. Bem, Sr. presidente, há um jeito melhor...

Nosso “jeito melhor” substitui a discriminação pela oportunidade, a pobreza pelos empregos, e o desespero pela educação. Oferecemos mais do que a versão simplista e absolutista da “ação afirmativa.”

Uma nova abordagem não deve ter ênfase somente na igualdade e rígida observância das nossas leis existentes de direitos civis, mas também na expansão das oportunidades. Ao invés de deliberar sobre as maneiras justas de distribuir vagas nas universidades, contratos, e participação em programas do governo, deveríamos estar procurando maneiras de multiplicá-los(as) e ampliá-los(as).

O “jeito melhor” que oferecemos pode ser resumido em cinco normas de política...

Estabelecer comunidades de renovação e zonas empresariais para atrair empresas e empregos para as áreas urbanas em dificuldades; abrir o sistema educacional para que o mesmo receba a

influência das opções dos pais e da comunidade; inverter as provisões federais e estaduais de auxílio ao invés de punir os que recebem o auxílio por terem trabalhado, economizado e investido em um futuro independente; implementar a privatização dos programas habitacionais do governo e outros esforços para que a possibilidade de ter casa e negócio próprio chegue aos bairros de baixa renda; e adotar estratégias que façam com que a nossa economia nacional cresça a um ritmo adequado ao talento de todos os americanos.

A legislação que poderia nos ajudar a atingir todos os nossos cinco objetivos desejados já está aqui, perante o Congresso, no Community Renewal Project (Projeto de Reatualização da Comunidade). Esse projeto de lei... expandiria as oportunidades em nossas cidades, removendo as barreiras fiscais e regulamentares à criação de empregos e à ação empreendedora, e expandindo o acesso ao capital e ao crédito.

A expansão das oportunidades requer a expansão da economia em geral, para que ela tenha espaço suficiente para o esforço e espírito empreendedor de todos os americanos, incluindo as minorias e as mulheres. Em princípio, não devemos aceitar a idéia de que um emprego conseguido por um americano significa o desemprego para outro, ou que um contrato obtido por uma empresa qualificada significa um desastre para um sub-contratado igualmente qualificado.

Finalmente, devemos nos mudar para um lugar onde ocorra a reconciliação racial de verdade... Devemos começar o diálogo que o presidente Clinton e outros convocaram... Como um grande abolicionista negro, Frederick Douglass, disse, “Quando formos reconhecidos pela iniciativa, pelo trabalho árduo e pelo sucesso, não teremos mais problemas com os direitos políticos e civis” (The Washington Post, 8 de julho de 1997 O ex-secretário do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos [U.S. Department of Housing and Urban Development] Jack Kemp, que também representou o Partido Republicano no Congresso dos Estados Unidos, é co-diretor de Empower America [Poder Para a América], uma organização supra-partidária de política pública e defesa de idéias políticas que promove políticas

progressistas-conservadoras. J.C. Watts é um membro republicano do Congresso dos Estados Unidos, onde representa o estado de Oklahoma.)

WARD CONNERLY:

Hoje eu acredito que estamos dizendo aos jovens negros: se, no início, vocês não obtiverem, sucesso, redefinem o sucesso, porque o seu fracasso pode ter sido o resultado de exames culturalmente tendenciosos, da falta de modelos a serem imitados e de uma sociedade racista. Nossos filhos agora acreditam que não podem sobreviver em um mundo sem consideração especial. Seu espírito competitivo foi enfraquecido por essa dependência da ação afirmativa. Temos a obrigação de prepará-los melhor para os rigores de um mundo altamente competitivo. E, por tudo o que é bom na América, temos a obrigação de não permitir que eles se afundem na mentalidade debilitante segundo a qual se acredita que a nossa nação é intimamente racista...

Os que defendem as preferências raciais frequentemente falam em termos elogiosos sobre a “diversidade”. Serei claro: A votação de hoje não foi uma rejeição da diversidade. Foi uma rejeição do uso da diversidade como uma desculpa para discriminar... (Texto parcialmente reproduzido de um discurso feito em novembro de 1996 por Connerly, membro da administração da Universidade da Califórnia [University of California] e principal proponente da California Civil Rights Initiative, Proposition 209 [Iniciativa de Direitos Civis da Califórnia, Proposta 209], que, de modo geral, proíbe a discriminação ou o uso de programas de preferência pelos governos estadual ou municipais da Califórnia.)

ASPECTOS DA DIVERSIDADE

JOE R. HICKS:

É claro que o poder político e a influência dos negros, especialmente nas cidades dos Estados Unidos, precisa ser focado em um novo conceito no contexto de uma América cuja diversidade inclui

muito mais que apenas pessoas negras e brancas. O que, então, significa integração racial no contexto de uma população americana que está sempre em transformação e em movimento?...

As mudanças no “mix” racial das cidades norte-americanas, com o decréscimo da porcentagem de negros, e com o crescente ceticismo dos negros em relação ao valor da integração, comprometem as noções tradicionais e “integração” e “assimilação”. Na década de 60, “integração” significava a inclusão em uma América em grande parte definida pelos americanos de origem européia. Hoje integração precisa significar inclusão, envolvimento e participação em uma nação que já evoluiu muito além do paradigma negros-e-brancos. (Los Angeles Times, 20 de julho de 1997, pps. M1, M6. Joe R. Hicks é o ex-diretor executivo da Southern Christian Leadership Conference [Conferência da Liderança Cristã do Sul], uma organização de direitos civis que luta pela total igualdade e oportunidades iguais por meio da ação política e econômica.)

RAUL YZAGUIRRE:

Nossa nação está em um verdadeiro momento de decisão e os latinos estão na proverbial encruzilhada. É crucial para nós, como nação, definir como vamos responder aos difíceis desafios que teremos de enfrentar. Se nós, como nação, decidirmos continuar separando nossos interesses, bom como nossas comunidades, tendo como base os que são mais poderosos, mais inteligentes, ou mais “merecedores”, nós certamente pereceremos. A cura da qual o presidente Clinton falou de maneira tão eloquente no discurso que marcou o início do seu segundo mandato não vai acontecer e não pode acontecer a não ser que tomemos atitudes afirmativas e pró-ativas para incluir todos e para sermos honestos sobre quem somos e o que nós todos somos como um povo. (Texto parcialmente reproduzido do número de junho de 1997 da revista “Forum in Hispanic”, p. 40. Raul Yzaguirre é presidente no National Council of la Raza, uma organização privada, sem fins lucrativos, que luta para melhorar as oportunidades da vida para os hispano-americanos).

DR. SAMUEL BETANCES e DR. LAURA M. TORRES
SOUDER:

Discriminar é mortal. Incluir só faz bem para os negócios. O futuro está batendo à nossa porta com novas tendências demográficas que anunciam uma nova realidade mundial na qual devemos fazer negócios... Aproveitar o arco-íris da força de trabalho total, com suas maneiras diversificadas de saber, visões de mundo, percepções, paixões e talentos, na verdade agregará valor à organização e aos seus objetivos.

Os negros, em conjunto com muitos outros grupos de interesses, colherão os benefícios de um sistema não racista, pois, como grupo de interesse, eles têm lutado da maneira mais coerente para eliminar a discriminação. Sua luta acabou sendo uma bênção para todos os grupos que desejam ser incluídos, respeitados e recompensados pelo seu trabalho. Todos os grupos, portanto, devem assumir uma posição firme contra o racismo (De um discurso feito em 11 de julho de 1997, "New and Improved Workplace Diversity Initiatives for the Bottom Line," [Iniciativas Novas e Aperfeiçoadas Associadas à Diversidade no Ambiente de Trabalho, em Busca de Resultados] no Agway Technical Center, Ithaca, New York. Os autores, respectivamente, são consultor sênior e principal executiva da Souder, Betances and Associates, Inc., Chicago, Ill.)

■

Glossário

DE TERMOS USADOS NESTA REVISTA

Os termos relacionados abaixo são extraídos dos artigos contidos nesta revista e não refletem a questão racial, muito mais ampla, nos Estados Unidos, em toda a sua complexidade.

Ação afirmativa — Esforços ativos, jurídicos ou sociais, realizados desde a promulgação do Civil Rights Act (Lei dos Direitos Civis), para melhorar as oportunidades para os membros dos grupos minoritários na educação e no ambiente de trabalho.

Aviadores de Tuskegee — Os primeiros aviadores negros nas forças armadas dos Estados Unidos. Seu treinamento em 1941, em uma base aérea em Tuskegee, Alabama, e suas ações posteriores, foram separados dos outros pilotos militares dos Estados Unidos. Os Aviadores de Tuskegee, cujo número chegou a quase mil antes do final da Segunda Guerra Mundial, conseguiram uma excepcional folha de serviços em combate.

Black Power (Poder Negro) — Um movimento entre os negros, iniciado em meados da década de 60, que enfatizava o orgulho racial e defendia a criação de organizações políticas e culturais negras.

Boicote aos ônibus (Veja Montgomery Bus Boycott)

Brown v. Board of Education of Topeka (1954) — (Brown Contra a Secretaria de Educação de Topeka (1954) - Decisão do Tribunal Superior dos Estados Unidos (U.S. Supreme Court) que proibiu a segregação nas escolas públicas e que declarou por unanimidade que "instalações separadas são desiguais em princípio")

Busing — O transporte de crianças, de ônibus, para escolas fora de seus bairros, com o intuito de realizar a integração entre as raças.

California Civil Rights Initiative (Proposition 209) — (Iniciativa de Direitos Civis da Califórnia) (Proposta 209)) - Lei estadual da Califórnia que, de modo geral, proíbe a discriminação ou o uso de programas preferenciais pelo governo do estado da Califórnia e pelos governos municipais naquele estado. Nenhum grupo definido pela raça, gênero, cor, etnicidade ou origem nacional pode receber tratamento especial para a obtenção de empregos públicos, educação pública ou contratos com o governo.

Civil Rights Act of 1964 — (Lei dos Direitos Civis de 1964) - Legislação nacional que proíbe a discriminação nas eleições, no uso de instalações e alojamentos públicos, e escolas públicas, e proporciona os meios legais para a eliminação da segregação.

Comissão Kerner (Comissão Consultiva Nacional Sobre Distúrbios Civis) (Kerner Commission [National Advisory Commission on Civil Disorders]) — Uma comissão supra-partidária de 11 membros criada pelo presidente Lyndon B. Johnson em julho de 1967 para prestar assessoria ao seu governo após os distúrbios raciais que eclodiram nas cidades em todo o país. Em março de 1968, a Comissão Kerner reportou que os Estados Unidos estavam "a caminho de se transformar em duas sociedades, uma negra, uma branca - separadas e desiguais", e recomendou forte intervenção do governo contra o desemprego, a baixa qualidade da moradia e a pobreza. A comissão era presidida pelo Governador Otto Kerner, de Illinois.

Comunidades de Renovação — Em conformidade com uma legislação que se encontra pendente no Congresso dos Estados Unidos, até 100 das comunidades mais pobres dos Estados Unidos seriam consideradas "comunidades de renovação". Elas receberiam ajuda sob a forma de incentivos fiscais, reformas regulamentares, e bolsas de estudo.

Daltônica — Usado neste sentido para descrever uma sociedade que não forma opiniões e nem toma providências baseadas na cor da pele das pessoas.

Discriminação ao contrário — Acusações de tratamento injusto frequentemente feitas por aqueles que, segundo se acredita, se beneficiaram da discriminação no passado. Dessa forma, alguns indivíduos brancos do sexo masculino, que, como uma classe, historicamente se beneficiaram em função da sua raça e gênero, em épocas passadas, agora acreditam que o acesso à educação ou ao trabalho lhes foi negado por causa das preferências dadas aos membros dos grupos minoritários ou às mulheres.

Douglass, Frederick (c.1818-1895) — Escravo fugido, escritor e orador que dedicou sua vida à abolição da escravidão e à luta pela igualdade dos direitos para negros e mulheres. Douglass fundou o jornal contra a escravidão *The North Star* em Rochester, New York (estado de Nova Iorque), em 1847. Durante a Guerra Civil Americana (1861-65), ele conclamou os negros a servirem no Exército da União, e discutiu os problemas referentes à escravidão com o presidente Abraham Lincoln.

DuBois, W.E.B. (1868-1963) — Historiador e sociólogo que usou a pesquisa acadêmica para melhorar o status político dos negros americanos. DuBois foi um dos fundadores da *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP) (Associação Nacional Para o Progresso das Pessoas de Cor) e foi um dos primeiros proponentes do Pan-Africanismo, a crença de que todas as pessoas de descendência africana possuem interesses comuns e devem trabalhar em conjunto em prol desses interesses.

Emancipação — Trata-se da Proclamação da Emancipação (Emancipation Proclamation) promulgada pelo presidente Abraham Lincoln no dia 1 de janeiro de 1863, que libertou todos os escravos nos estados que haviam se separado da União.

Enterprise zones (Zonas de estímulo à atividade empresarial) — Áreas designadas que recebem incentivos fiscais e financiamento direto para estimular o desenvolvimento econômico.

Equal Employment Opportunity Commission (EEOC) (Comissão Para a Igualdade nas Oportunidades de Emprego) — Um órgão do governo dos Estados Unidos, criado pela Lei dos Direitos Civis de 1964, para garantir que não houvesse discriminação no emprego.

Executive Order No. 11246 (Ato do Executivo N 1_ 11246) — No dia 24 de setembro de 1965, o presidente Lyndon B. Johnson assinou um ato pelo qual os órgãos governamentais só deveriam outorgar contratos a empresas que utilizassem a ação afirmativa na contratação e promoção de seus empregados que fossem membros das minorias. O Secretary of Labor (cargo equivalente ao do Ministro do Trabalho no Brasil) recebeu a incumbência de garantir o cumprimento desse ato. (Um ato do executivo é uma norma, regulamento ou instrução promulgada pelo presidente dos Estados Unidos que tem a força de lei no que diz respeito aos órgãos governamentais.)

Freedom Riders (Viajantes da liberdade) — Indivíduos negros e brancos que, em um ato de protesto não violento, percorreram o sul dos Estados Unidos de ônibus em 1961 para desafiar a separação entre as raças no uso das instalações nos terminais rodoviários e ferroviários. Em novembro daquele ano a U.S. Interstate Commerce Commission (Comissão Interestadual de Comércio dos Estados Unidos) proibiu a segregação nas instalações públicas.

Head Start — Um programa patrocinado pelo governo, estabelecido em 1964, que ajuda as crianças em idade pré-escolar, das famílias de baixa renda a se preparar para a escola, oferecendo serviços sociais, educacionais, e de saúde física e mental.

Igualdade nas oportunidades — O princípio segundo o qual nenhuma pessoa deve sofrer discriminação por causa da raça, gênero, religião, ou outros atributos inerentes.

Immigration Act of 1965 (Lei de Imigração de 1965) — Lei nacional que aboliu o sistema de quotas de "origens nacionais" para conceder vistos de imigrantes. De acordo com o sistema de "origens nacionais", o número de pessoas de um determinado país que já estivessem morando nos Estados Unidos determinava o número de futuros imigrantes. A nova lei estabeleceu a concessão de vistos de imigrantes por ordem de chegada, sujeita a certas exceções. Como resultado, a população de imigrantes nos Estados Unidos desde 1965 tem sido de origem muito mais diversificada do que era anteriormente.

Marcha de Um Milhão de Homens — Uma reunião de mais de um milhão de homens negros americanos que ocorreu em Washington, D.C., no dia 16 de outubro de 1995. Os participantes vieram ao encontro para declarar o seu comprometimento no sentido de contarem consigo mesmos, de se esforçarem para o próprio progresso, para declarar o seu respeito pelas mulheres, e para demonstrar união e o compromisso de se apoiarem mutuamente. A iniciativa do evento coube a Louis Farrakhan, líder dos muçulmanos negros da "Nação de Islã".

Martin Luther King, Jr. (1929-1968) — Ministro da igreja batista e líder do movimento dos direitos civis, ele foi influenciado pela filosofia de não-violência do famoso ativista indiano Mahatma Gandhi. Quando King foi assassinado em 1968, cidadãos em muitas grandes cidades reagiram com violência — enquanto outros promoviam vigílias e reuniões pacíficas. Americanos, negros e brancos, se perguntaram o que aconteceria com a visão que ele havia articulado no seu famoso discurso "I Have a Dream" (Eu Tenho um Sonho) feito na escadaria do Lincoln Memorial (Monumento a Lincoln) em Washington, D.C., em 1963.

Montgomery Bus Boycott (Boicote aos Ônibus de Montgomery) — Boicote ao sistema público de ônibus em Montgomery, Alabama, em protesto à exigência geral vigente nos sul dos Estados Unidos de que os negros se sentassem na parte de trás dos ônibus. O boicote durou 381 dias, de dezembro de 1955 até dezembro de 1956, quando o Tribunal Superior dos Estados Unidos apoiou a decisão de um tribunal inferior de que tal segregação violava a Décima Quarta Emenda da Constituição dos Estados Unidos (Fourteenth Amendment of the U.S. Constitution).

Movimento pelos direitos civis — O uso de boicotes, ocupações, marchas e outras formas de protesto não violento nas décadas de 50 e 60 para exigir a igualdade de tratamento em conformidade com a lei, e o fim do preconceito racial.

Preferência racial — A prática de conceder tratamento vantajoso a uma pessoa ou grupo, baseada em considerações de raça.

Programa de Preferência — Um programa criado para alcançar um objetivo social, no qual certos participantes identificados pela raça, gênero, ou outra característica primária, têm a garantia de uma vantagem ou "preferência".

Proposition 209 (Proposta N° 209) (Veja California Civil Rights Initiative [Iniciativa de Direitos Civis da Califórnia]).

Reservas — Áreas de terra reservadas pelo governo para os americanos nativos (índios americanos). As reservas foram estabelecidas originalmente para permitir que os índios preservassem os seus próprios estilos de vida sem conflito com os americanos de origem europeia. No século XIX, os índios foram frequentemente confinados às reservas. Os índios que, atualmente optam por viver nas reservas, frequentemente o fazem para preservar sua cultura particular, incluindo formas de auto-governo indígena.

Set-aside — (Reservas) - A prática de reservar um número específico de vagas em um programa, ou uma porcentagem da atividade econômica, para pessoas de um determinado status (minorias).

Title VII of the Civil Rights Act of 1964 (Parte VII da Lei dos Direitos Civis de 1964) — Dispositivo da lei nacional que especificamente elimina a discriminação no trabalho. Como o número de negros admitidos em empresas não aumentou de maneira significativa, foi acrescentada uma emenda à Parte VII em 1972, exigindo que as empresas tomassem medidas ativas (ação afirmativa) para compensar as práticas discriminatórias do passado.

Voting Rights Act of 1965 (Lei do Direito ao Voto de 1965) — Lei nacional que tornou ilegais várias práticas usadas pelas autoridades locais para impedir os negros de exercer seu

direito ao voto. Ela tornou ilegais os requisitos de escolaridade, incluindo testes de alfabetização, e autorizou a supervisão federal do registro de eleitores. A Lei do Direito ao Voto de 1965 reforçou as disposições referentes ao voto do Civil Rights Act of 1964 (Lei dos Direitos Civis de 1964).

Young, Andrew (1932-) — Religioso e líder dos direitos humanos que se tornou conhecido como um dos auxiliares de Martin Luther King, Jr. no movimento dos direitos civis. Andrew Young cumpriu mandato na U.S. House of Representatives (Câmara dos Deputados dos Estados Unidos) de 1972 a 1977; ele foi o primeiro negro a servir como Embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas (1977-79). Young foi o prefeito de Atlanta, Geórgia, de 1981 a 1989 e vice-presidente do Comitê de Atlanta para os Jogos Olímpicos de 1996.

AVISO SOBRE ARTIGOS

ALGUNS ARTIGOS RECENTES DE INTERESSE ESPECIAL QUE OFERECEM UMA VISÃO DA SOCIEDADE E DOS VALORES DOS ESTADOS UNIDOS

Cahn, Steven M., e outros. RACIAL AND ETHNIC PREFERENCES: A NEW ERA? (PREFERÊNCIAS RACIAIS E ÉTNICAS; UMA NOVA ERA?) (Academe, Janeiro/Fevereiro de 1997, pps. 12-37)

Essa revista (publicada pela American Association of University Professors [Associação Americana de Professores (Universitários)]) examina cuidadosamente a questão da diversidade nas universidades americanas. Em uma série de artigos, acadêmicos apresentam várias posições, alguns pisando de leve em meio a um miasma de controvérsia, e alguns apresentando ataques desafiadores. A discussão ocorre em um momento apropriado, tendo em vista a decisão recente da Califórnia de abolir os programas de ação afirmativa que promovem a diversidade. Nenhuma solução é oferecida aqui, mas os acadêmicos definem e defendem suas posições. Cahn observa que o que foi defendido pelo presidente Johnson em 1965 como um esforço para recrutar estudantes e professores universitários, independente de raça, religião, ou origem nacional, passou a ser um esforço para admitir alunos e contratar professores por causa da diversidade étnica.

Early, Gerald. UNDERSTANDING INTEGRATION (COMPREENDENDO A INTEGRAÇÃO) (Civilization, vol. 3, no. 5, Outubro/Novembro de 1996, pps. 51-59)

Early, da Washington University in St. Louis (Universidade Washington em St. Louis), traça a história da integração nos Estados Unidos, desde o ingresso de Jackie Robinson no primeiro grupo dos times de beisebol profissional em 1947 (um evento sem precedentes) até a Marcha de Um Milhão de Homens em 1995. Ele diz que tanto os negros quanto os brancos têm uma atitude sentimental, e até mesmo romântica, a respeito do poder comunitário da vida dos negros antes da integração, em grande parte porque eles acham que a integração foi uma decepção e que já esgotou as suas possibilidades.

Edley, Christopher, Jr. AFFIRMATIVE ACTION ANGST (A ANGÚSTIA DA AÇÃO AFIRMATIVA) (Change, vol. 28, no. 5, Setembro/Outubro de 1996, pps. 13-15)

O uso de programas de ação afirmativa para corrigir injustiças raciais e étnicas do passado, ou como forma de progredir rumo a uma maior diversidade institucional, continua a ser uma questão polêmica nos Estados Unidos. Assim como ocorre com muitos casos que são apresentados nos tribunais, o seu uso envolve garantias ou objetivos conflitantes ou que competem entre si, e que são originários direta ou indiretamente da Constituição dos Estados Unidos. O autor, que é professor da Faculdade de Direito de Harvard e diretor do grupo de trabalho que definiu a política do governo Clinton nesta área difícil, examina o impacto das decisões recentes de vários tribunais e da retórica de campanha. Ele argumenta que o que ainda é necessário não é um recuo do princípio, mas ajustes e bom senso, exatamente o que o presidente Clinton pediu quando declarou que “a ação afirmativa sempre foi boa para a América... Consertem-na, mas não acabem com ela.”

Etzioni, Amitai. NEW ISSUES: RETHINKING RACE (NOVAS QUESTÕES: REPENSANDO A RAÇA) (The Public Perspective, vol. 8, no. 4, Junho/Julho de 1997, pps 39-41)

A cada dez anos, o governo dos Estados Unidos conta os seus cidadãos. Este censo proporciona uma série de informações, além de determinar o número de membros do Congresso para cada estado, e como os distritos do Congresso são definidos. Uma das categorias que o censo atualmente mede é a raça. Neste artigo, o Professor

Etzione argumenta que a introdução de uma nova categoria racial, “all-American” (todo americano) ou “multirracial” enfatizaria a unidade ao invés da diferença, e assim suavizaria as fronteiras raciais que atualmente dividem a América. Os oponentes estão preocupados porque acham que a falta de definição das diferenças raciais poderia danificar uma riqueza cultural importante e enfraquecer o comprometimento com a justiça racial num plano mais amplo.

Fullinwider, Robert K. CIVIL RIGHTS AND RACIAL PREFERENCES: A LEGAL HISTORY OF AFFIRMATIVE ACTION (DIREITOS CIVIS E PREFERENCIAS RACIAIS: UMA HISTÓRIA JURÍDICA DA AÇÃO AFIRMATIVA) (Relatório do Institute for Philosophy & Public Policy [Instituto de Filosofia e Política Pública], vol. 17, nos. 1 & 2, Inverno/Primavera de 1997, pps. 9-20)

Uma análise da história da ação afirmativa desde a promulgação do Civil Rights Act of 1964 (Lei dos Direitos Civis de 1964) sugere que o que começou como ações não-preferenciais para compensar as consequências da discriminação racial se transformou em uma série de ações preferenciais que da verdade discriminavam os cidadãos que não pertenciam às minorias. As decisões legais recentes sugerem que a sociedade americana não está a favor do uso de preferências raciais.

Galston, William A. AN AFFIRMATIVE ACTION STATUS REPORT: EVIDENCE AND OPTIONS (UM RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA: PROVAS E OPÇÕES) (Relatório do Institute for Philosophy & Public Policy [Instituto de Filosofia e Política Pública], vol. 17, nos. 1 & 2, Inverno/Primavera de 1997, pps 2-9)

Esta história das políticas de ação afirmativa na sociedade americana, com ênfase nos programas das Forças Armadas dos Estados Unidos e no sistema da Universidade da Califórnia (University of California system) destaca várias áreas essenciais do debate contemporâneo a respeito desta abordagem para a justiça racial. Essas incluem os conflitos entre os meios e os fins, a dúvida se as medidas transicionais devem se tornar permanentes, e a voz do público em relação às políticas de ação afirmativa. O autor, diretor da University of Maryland's Institute for Philosophy and Public Policy

(Instituto de Filosofia e Política Pública da Universidade de Maryland), oferece algumas opções de política que poderiam corrigir as deficiências dos atuais programas de ação afirmativa e também proporcionar alternativas — as opções têm a finalidade de proporcionar mais oportunidades ao invés de exigir resultados.

Graglia, Lino A., e outros. THE LONG HYPHEN: BLACK SEPARATION VS. AMERICAN INTEGRATION (O LONGO HÔFEN: A SEPARAÇÃO DOS NEGROS VS. INTEGRAÇÃO AMERICANA) (Society, vol. 33, no. 3, Março/Abril de 1996, pps. 7-47)

Este simpósio contém nove artigos de acadêmicos americanos sobre os efeitos da decisão da Supreme Court (Tribunal Superior) em 1954, que foi um marco histórico — *Brown v. Board of Education* (*Brown v. Secretaria de Educação*) —, a intenção do Civil Rights Act of 1964 (Lei dos Direitos Civis de 1964), e a continuação do debate sobre a ação afirmativa.

Hendrie, Caroline. WITHOUT COURT ORDERS, SCHOOLS PONDER HOW TO PURSUE DIVERSITY (SEM DECISÕES DOS TRIBUNAIS AS ESCOLAS PENSAM EM MANEIRAS DE OPTAR PELA DIVERSIDADE) (Education Week, vol. 16, no. 31, 30 de abril de 1997, pps. 1-36)

Durante muitos anos, as tentativas de obter o progresso racial na rede de ensino público dos Estados Unidos tiveram a integração como ponto focal. A segregação amparada pela lei foi banida na década de 50. Nas décadas de 70 e 80 houve uma variedade de tentativas de resolver a situação real da segregação. A separação refletia as diferenças entre os bairros e os estilos de vida. A solução mais radical foi o transporte obrigatório (com ordem judicial) de grande quantidade de alunos das escolas locais para instituições mais distantes para obter algum “equilíbrio racial” ou “diversidade”. Nos anos recentes, os tribunais e os administradores das escolas em algumas áreas têm descartado a percepção de que a segregação de fato reflete um problema social significativo. Este artigo analisa os

principais motivos dessa reavaliação, e estuda algumas das atuais alternativas no campo da educação.

Johnson, Roy, e outros. THE NEW BLACK POWER (Novo Poder Negro) (Fortune, vol. 136, no. 3, 4 de agosto de 1997, pps. 46-82)

Em uma seção especial de artigos, a revista focaliza a ascensão dos negros no setor empresarial nos Estados Unidos, com ênfase especial em Wall Street, na economia global e na indústria da informática. Os artigos incluem perfis dos novos “agentes da mudança na estrutura de poder — “empreendedores, executivos e líderes comunitários...diretamente envolvidos na sua luta pela influência e sem se deixar impressionar pelos obstáculos”. Nas palavras de Hugh Price, presidente da National Urban League (Liga Urbana Nacional), “há oportunidade e há ação neste momento”.

Kennedy, Randall. MY RACE PROBLEM AND OURS (MEU PROBLEMA RACIAL E O NOSSO) (The Atlantic Monthly, vol. 279, no. 5, Maio de 1997, pps. 55-66)

Expressando a sua convicção de que o orgulho racial deve ser ligado às realizações e não apenas à semelhança, o autor, um professor da Faculdade de Direito de Harvard (Harvard Law School) apresenta argumentos contra a lealdade estratificada à raça. Isso não significa que ele apóia uma perspectiva que ignora as raças, observando que “é uma má política não se permitir enxergar qualquer conhecimento potencialmente útil”. Mas os esforços para a inclusão de qualquer grupo devem se basear “não na semelhança racial, mas na justiça da distribuição”. Finalmente, ele propõe um “teste do sapato no pé errado quanto à adequação do sentimento racial”. “Se um sentimento ou prática pode ser julgado ofensivo quando mencionado ou implementado por qualquer um, ele(a) deve ser considerado ofensivo(a) em princípio, na maioria dos casos.

Loury, Glenn C. HOW TO MEND AFFIRMATIVE ACTION (COMO CONSERTAR A AÇÃO AFIRMATIVA) (The Public Interest, no. 127, Primavera de 1997, pps. 33-43)

O economista da Universidade de Boston (Boston University) Glenn C. Loury escreve que o

rebaixamento dos padrões para admitir ou aceitar negros é prejudicial para os americanos, tanto negros quanto brancos. Loury argumenta que as oportunidades de criação e desenvolvimento na família são muito mais importantes a longo prazo de que as “quotas” ou políticas de ação afirmativa que prestam um desserviço para todos (empregador/empregado, escola/estudante). Ele conclui que “é moralmente não justificado, e para este negro americano, humilhante, que o tratamento preferencial baseado em raça deva ser institucionalizado para aqueles, entre nós, que agora estão usufruindo todas as vantagens da vida de classe média”.

Salins, Peter D. ASSIMILATION, AMERICAN STYLE (ASSIMILAÇÃO, ESTILO AMERICANO) (Reason, vol. 28, no. 9, Fevereiro de 1997, pps. 20-26)

Na América, ao contrário de muitas outras sociedades, assimilação até agora não significou repudiar a cultura do imigrante, diz o autor. A assimilação no estilo americano sempre tem sido muito mais flexível e adaptável, e, conseqüentemente, muito mais eficaz ao atingir o seu objetivo, que é permitir que os Estados Unidos preservem a sua “unidade nacional frente ao influxo de hordas de pessoas de dezenas de nacionalidades diferentes”, nas palavras do sociólogo Henry Fairchild.”

Santiago, Roberto. CRITICAL CONDITION (CONDIÇÃO CRÍTICA) (Hispanic, vol. 9, no. 8, Agosto de 1996, pps. 19-22)

De acordo com o autor, os peritos hispânicos em ação afirmativa dizem que a política está sendo combatida, não porque a maioria dos americanos esteja contra ela, mas porque os críticos conservadores, na verdade, distorceram a sua definição. Santiago relata as preocupações da comunidade hispânica, observando que, embora possa haver pouca esperança de salvar este “pilare de sustentação do movimento dos direitos civis”, há muito que os hispânicos podem fazer para preservá-lo, desbancando mitos conservadores, escrevendo para os seus representantes eleitos, e apoiando os comitês de ação política.

Skerry, Peter. THE STRANGE POLITICS OF AFFIRMATIVE ACTION (A ESTRANHA POLÍTICA DA AÇÃO AFIRMATIVA) (Wilson Quarterly, vol. 21, no. 1, Inverno de 1997, pps, 39-46)

O autor cita o ponto de vista do sociólogo Seymour Martin Lipset de que nos últimos anos, as políticas da ação afirmativa colocaram dois valores básicos da cultura americana em conflito direto — o princípio da igualdade e o individualismo. Skerry argumenta que o conflito pode coexistir - e isso acontece - no mesmo indivíduo. Isso nos leva à inevitável pergunta, "como os membros dos grupos minoritários conciliam os benefícios que recebem da ação afirmativa com os seus próprios valores individualistas?" A resposta a esta e outras perguntas sobre este assunto "tem muito a ver com a natureza da política americana contemporânea e com o estado das relações raciais. E embora essa conclusão possa proporcionar alguma tranquilidade, ela também sugere que a controvérsia será muito difícil de resolver.

White, Jack E. I'M JUST WHO I AM (SOU APENAS O QUE SOU) (Time, vol. 149, no. 18, 5 de maio de 1997, pps 32-36)

Os Estados Unidos estão "rapidamente se tornando a sociedade mais poliglota da história", segundo o autor. "Se as atuais tendências demográficas persistirem, em meados do século XXI, os brancos já não serão mais a maioria da população dos Estados Unidos. Os negros terão sido superados pelos hispânicos, que serão o mais numeroso grupo minoritário ...e o número de asiáticos e indivíduos oriundos das ilhas do Pacífico será mais do dobro do atual..." "O casamento entre as raças, cada vez mais comum, levou a uma proliferação de combinações raciais. Este artigo explica o que está acontecendo e como isso levou a um debate sobre se o termo "multirracial" deve ser acrescentado aos formulários do censo.

BIBLIOGRAFIA

SE VOCÊ QUISER SABER MAIS SOBRE...

LIVROS SELECIONADOS

Appiah, K. Anthony and Gutmann, Amy. *Color Conscious: The Political Morality of Race*. (Tendo Consciência da Cor: A Moralidade Política da Raça) Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

Bell, Derrick. *Faces at the Bottom of the Well: The Permanence of Racism*. (Rostos no Fundo do Poço: A Permanência do Racismo). New York: Basic Books, 1992.

Bergmann, Barbara R. *In Defense of Affirmative Action*. (Em Defesa da Ação Afirmativa). New York: New Republic/Basic Books, 1996.

Chavez, Linda. *Out of the Barrio: The New Politics of Hispanic Assimilation*. (Fora do Bairro: A Nova Política da Assimilação dos Hispânicos). New York: Basic Books, 1991. Linda Chavez foi diretora da U.S. Commission on Civil Rights (Comissão dos Direitos Civis nos Estados Unidos) durante o Governo Reagan. (Não deve ser confundida com Linda Chavez-Thompson, que faz parte do conselho consultivo do presidente Clinton sobre as relações raciais)

Clayton, Obie, Jr., editor. *An American Dilemma Revisited: Race Relations in a Changing World*. (Reverendo um Dilema Americano: Relações Entre as Raças em Um Mundo Que Está Sempre Mudando). New York: Russell Sage Foundation, 1996. (Veja também "An American Dilemma", de Myrdal, abaixo.)

Coleman, Jonathan. *Long Way to Go: Black and White in America*. (Um Longo Caminho a Percorrer: Negros e Brancos na América). New York: Atlantic Monthly (a ser publicado).

Cose, Ellis. *Color-Blind: Seeing Beyond Race in a Race-Obsessed World*. (Ignorando as Cores: Vendo Além da Raça em um Mundo Obcecado Pela Raça). New York: HarperCollins, 1997.

Curry, George E., ed., with contributions by Cornel West. *The Affirmative Action Debate*. (O Debate Sobre a Ação Afirmativa). Reading, MA: Addison Wesley, 1996.

Eastland, Terry. *Ending Affirmative Action: The Case for Colorblind Justice*. (Extinguindo a Ação Afirmativa: Um Caso Para a Justiça que Ignora as Cores). New York: Basic Books, 1996.

Edley, Christopher, Jr. *Not All Black and White: Affirmative Action, Race, and American Values*. (Nem Tudo é Branco e Preto: Ação Afirmativa, Raça e Valores Americanos). New York: Basic Books, 1996.

Fernandez, Ricardo R. et al. *Strategies for Effective Desegregation*. (Estratégias Para Eliminar a Segregação de Maneira Eficaz) Lexington, MA: Lexington Books, 1983.

Franklin, John Hope. *The Color Line: Legacy for the Twenty-First Century*. (A Fronteira da Cor: Um Legado Para o século XXI) Columbia, MO: University of Missouri Press, 1993.

Franklin, John Hope. *Racial Equality in America*. (Igualdade Racial na América) Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Franklin, John Hope and Moss, Alfred A., Jr. *From Slavery to Freedom: A History of African Americans*. (Da Escravidão à Liberdade: Uma História dos Negros Americanos) 170ª edição. New York: Knopf, 1994.

Fuchs, Lawrence H. *The American Kaleidoscope: Race, Ethnicity, and the Civic Culture.* (O Caleidoscópio Americano: Raça, Etnicidade, e a Cultura Cívica) Hanover, NH: Wesleyan University Press and University Press of New England, 1990.

Fullinwider, Robert K. *Public Education in a Multicultural Society: Policy, Theory, Critique.* (Educação Pública em uma Sociedade Multicultural: Política, Teoria, Crítica) New York: Cambridge University Press, 1995.

Galston, William A. *Liberal Purposes: Goods, Virtues, and Diversity in the Liberal State.* (Finalidades Liberais: Benefícios, Virtudes e Diversidade no Estado Liberal) New York: Cambridge University Press, 1991.

Gates, Henry Louis, Jr. and West, Cornel. *The Future of the Race.* (O Futuro da Raça) New York: Knopf, 1996.

Hacker, Andrew. *Two Nations: Black and White, Separate, Hostile, Unequal.* (Duas Nações: Negra e Branca, Separadas, Hostis, Desiguais) New York: Scribner's, 1992.

Hochschild, Jennifer L. *Facing Up to the American Dream: Race, Class, and the Soul of the Nation.* (Reconhecendo o Sonho Americano: Raça, Classe e a Alma da Nação) Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

Kahlenberg, Richard D. *The Remedy: Class, Race, and Affirmative Action.* (O Remédio: Classe, Raça, e Ação Afirmativa) New York: New Republic/Basic Books, 1995.

Kennedy, Randall. *Race, Crime, and the Law.* (Raça, Crime, e a Lei) New York: Pantheon, 1997.

Lagemann, Ellen Condliffe and Miller, Lamar P., eds. *Brown v. Board of Education: The Challenge for Today's Schools.* (Brown v. Secretaria de Educação: O Desafio Para as Escolas de Hoje) New York: Teachers College Press, 1996.

Loury, Glenn C. *One by One from the Inside Out: Essays and Reviews on Race and Responsibility in America.* (Um Por Um de Dentro Para Fora: Ensaio e Análises sobre a Raça e a Responsabilidade na América) New York: Free Press, 1995.

Marzorati, Gerald and Whitemore, Katharine, eds., with an introduction by Henry Louis Gates, Jr. *Voices in Black and White: Writings on Race in America from "Harper's Magazine."* (Vozes em Preto e Branco: Textos Sobre a Raça na América) New York: Franklin Square Press, 1993.

Myrdal, Gunnar et al. *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy.* (Um Dilema Americano: O Problema dos Negros e a Democracia Moderna) New York: Harper, 1944. (Veja também *An American Dilemma Revisited* (Revendo Um Dilema Americano) acima, que reexamina os temas deste estudo clássico.)

Nordquist, Joan, comp. *Affirmative Action: A Bibliography.* (Ação Afirmativa: Uma Bibliografia) Santa Cruz, CA: Reference and Research Services, 1996.

Orfield, Gary; Eaton, Susan E.; and the Harvard Project on School Desegregation. (Projeto Harvard Para Eliminar a Segregação nas Escolas). *Dismantling Desegregation: The Quiet Reversal of Brown v. Board of Education.* (Eliminando a Desegregação: A Silenciosa Inversão do Caso Brown v. Secretaria da Educação) New York: New Press, 1996.

Russell, Cheryl. *The Official Guide to Racial and Ethnic Diversity: Asians, Blacks, Hispanics, Native Americans, and Whites.* (O Guia Oficial da Diversidade Racial e Étnica: Asiáticos, Negros, Índios e Brancos) Ithaca, NY: New Strategist, 1996.

Shipler, David K. *A Country of Strangers: Black and White in America.* (Um País de Estranhos: Negros e Brancos na América) New York: Knopf (a ser publicado).

Simms, Margaret V., ed. *Economic Perspectives of Affirmative Action*. . (Perspectivas Econômicas da Ação Afirmativa) Lanham, MD: University Press of America, 1995. Patrocinado pelo Joint Center for Political and Economic Studies (Centro Conjunto de Estudos Políticos e Econômicos).

Skrentny, John David. *The Ironies of Affirmative Action: Politics, Culture, and Justice in America*. (As Ironias da Ação Afirmativa: Política, Cultura e Justiça na América) Chicago: University of Chicago Press, 1996.

Sleeper, Jim. *Liberal Racism*. (Racismo Liberal) New York: Viking, 1997.

Steele, Shelby. *The Content of Our Character: A New Vision of Race in America*. (O Conteúdo do Nosso Caráter: Uma Nova Visão da Raça na América) New York: St. Martin's Press, 1990.

Takaki, Ronald T. *A Different Mirror: A History of Multicultural America*. (Um Espelho Diferente: Uma História da América Multi-cultural) Boston: Little, Brown, 1993.

Takaki, Ronald T. *A Larger Memory: Voices of Multicultural America*. (Uma Memória Mais Ampla: Vozes da América Multi-cultural) Boston: Little, Brown (a ser publicado).

Takaki, Ronald T. *Strangers from a Different Shore: A History of Asian Americans*. (Estranhos de uma Praia Diferente: Uma História dos Americanos de Orogem Asiática) Boston: Little, Brown, 1989.

Terkel, Studs. *Race: How Blacks and Whites Think and Feel about the American Obsession*. (Raça: O Que os Brancos e Negros Pensam e Como se Sentem a Respeito da Obsessão Americana) New York: New Press, 1992.

Thernstrom, Abigail M. *Whose Votes Count: Affirmative Action and Minority Voting Rights*. (Quais São os Votos Que Contam: Ação Afirmativa e Direitos de Voto Para as Minorias). Cambridge: Harvard University Press, 1987.

Thernstrom, Stephan and Thernstrom, Abigail M. *America in Black and White: One Nation, Indivisible*. (América em Preto e Branco: Uma Nação, Indivisível) New York: Simon and Schuster, 1997.

Weinberg, Meyer, comp. *Racism in Contemporary America*. (Racismo na América Contemporânea) Westport, CT: Greenwood Press, 1996. A terceira de uma série de bibliografias em forma de livro sobre racismo.

West, Cornel. *Keeping Faith: Philosophy and Race in America*. (Conservando a Fé: Filosofia e Raça na América) New York: Routledge, 1993.

West, Cornel. *Race Matters*. (Questões Raciais) Boston: Beacon Press, 1993.

RECURSOS SELECIONADOS NA INTERNET

Por favor observe que o USIS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e nem pela disponibilidade das fontes relacionadas abaixo. Essa responsabilidade é apenas dos provedores.

Affirmative Action and Diversity Project: A Web Page for Research

(Projeto de Ação Afirmativa e Diversidade: Uma Página na Web Para Pesquisa)

<http://humanitas.ucsb.edu/aa.html>

Um recurso acadêmico abrangente cujo objetivo é apresentar diversas opiniões a respeito de tópicos sobre a ação afirmativa. Contém documentos de política, atualizações legislativas, artigos e análises, e uma bibliografia, além de uma quantidade considerável de informações sobre a política da Califórnia e a recente Proposition 209 (Proposta 209).

Affirmative Action Review: Report to the President

<http://www.whitehouse.gov/WH/EOP/OP/html/aa/aa-index.html>

Publicado em 19 de julho de 1995, este importante documento do Governo é uma análise abrangente dos Programas Federais de Ação Afirmativa.

DLC PPI

(<http://www.dlcpqi.org/>)

Publicações Eletrônicas de The New Democrat, uma revista bimensal do Democratic Leadership Council (Conselho de Liderança Democrática). Elas incluem:

Race in America (Raça na América) um documento em formato PDF que contém artigos dos números abaixo:

<http://www.dlcpqi.org/adobe/tndrdrs/racerdr.pdf>

"Beyond Affirmative Action," (Além da Ação Afirmativa) Maio-Junho de 1995, vol. 7, no. 5
<http://www.dlcpqi.org/tnd/9505.htm>

"The Future of Integration" (O Futuro da Integração) Julho-Agosto de 1996, vol. 8, no. 5
<http://www.dlcpqi.org/tnd/9607/default.htm>

CCRI: The California Civil Rights Initiative

(<http://www.publicaffairsweb.com/ccri/>)

Este site dos proponentes da Proposition 209 contém notícias atuais, fatos e textos oficiais a respeito da campanha da CCRI para eliminar as preferências de raça e gênero, quotas e reservas.

Chronicle of Higher Education: Information in Depth

(<http://chronicle.com/che-data/indepth.dir/indepth.htm>)

A ação afirmativa e a eliminação da segregação estão entre os tópicos explorados em detalhes. É preciso ter uma senha. Gratuito para assinantes da publicação impressa.

DiversityWeb

(<http://www.inform.umd.edu/Diversityweb/>)

Parte do grupo de projetos Diversity Works, este site da Web inclui perfis institucionais de mais de 200 universidades e faculdades com programas de diversidade. Também possui links com a University of Maryland at College Park's Diversity Database (Banco de Dados Sobre Diversidade da Universidade de Maryland em College Park), um índice abrangente de recursos multi-culturais e de diversidade cultural.
<http://www.inform.und.edu/EdRes/Topic/Diversity>

It's US: A Celebration of Who We Are in America Today (Isto é os EUA: Uma Celebração de Quem Somos na América Atualmente)

<http://www.pathfinder.com/>

@@d18ZvQYA2ekCLvPc/corp/itsus

Este ensaio fotográfico da This Time-Warner, Inc. "explora por meio de fotos e palavras quem nós, os americanos, realmente somos" e "ilustra a riqueza das culturas e origens diferentes de onde viemos."

Joint Center for Political and Economic Studies

(Centro Conjunto Para Estudos Políticos e Econômicos)

<http://www.jointctr.org/>

Destaca as pesquisas, publicações e programas de inclusão do Joint Center, uma instituição sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que se concentra em assuntos de política pública de especial interesse para negros americanos.

One America for the 21st Century: The President's Initiative on Race (Uma América Para o século XXI: A Iniciativa do Presidente Sobre a Raça)

<http://www.whitehouse.gov/Initiatives/america.html>

Site oficial da iniciativa de um ano do presidente Clinton para "apresentar à nação a sua visão de uma comunidade americana mais forte, mais justa e mais unida, oferecendo oportunidade e justiça a todos os americanos." Os links com os principais discursos do presidente sobre as questões raciais incluem:

Liz Sutherland Carpenter Distinguished Lectureship in the Humanities and Science (Aulas Selecionadas de Liz Sutherland Carpenter Sobre Humanidades e Ciências) no Erwin Center, University of Texas at Austin (Universidade do Texas em Austin), 16 de outubro de 1995

<http://www.whitehouse.gov/Initiatives/19970610-839.html>

Affirmative Action Remarks at the National Archives, (Observações Sobre a Ação Afirmativa no Arquivo Nacional) 19 de julho de 1995

<http://www.whitehouse.gov/Initiatives/19970610-1444.html>

Remarks at the National Association of Black Journalists (Observações na Associação Nacional de Jornalistas Negros) 17 de julho de 1997

<http://www.whitehouse.gov/Initiatives/nabj.html>

Race and Ethnicity Online (Raça e Etnicidade Online)

<http://www.providence.edu/polisci/rep>
Criado pela American Political Science Association's Section on Race, Ethnicity, and Politics, (Seção Sobre Raça, Etnicidade e Política da Associação Americana de Ciência Política) este site é dirigido à pesquisa relacionada com americanos — índios, negros, latinos e indivíduos oriundos da Ásia e do Pacífico.

Race Data (Dados Sobre Raça)

<http://www.census.gov/population/www/socdemo/race.html>
Official statistics from the U.S. Census. (Estatísticas Oficiais do Censo dos Estados Unidos)

Race Relations (Relações Entre as Raças)

http://www.pbs.org/newshour/bb/race_relations/race_relations.html
Esta fonte de informações on-line apresenta uma lista de entrevistas recentes na PBS e programas sobre questões raciais. Transcrições se encontram disponíveis on-line.

School Desegregation (Eliminação da Segregação nas Escolas)

<http://www.edweek.org/context/topics/deseg.htm>
Uma Página de Números do periódico Education Week. Links com histórias de arquivos, sites da Web, e organizações relacionadas.

U.S. Commission on Civil Rights (Comissão dos Estados Unidos Sobre Direitos Civis)

<http://www.usccr.gov/index.html>
Fonte de numerosas publicações discutindo a discriminação ou a impossibilidade de obter igualdade de proteção das leis por causa de raça, origem nacional, e outros fatores.

U.S. Dept. of Justice. Civil Rights Division (Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Divisão de Direitos Civis)

<http://www.usdoj.gov/crt/crt-home.html>
Inclui discursos importantes, publicações sobre questões especiais, textos de casos, e uma circular.

U.S. Equal Employment Opportunity Commission (Comissão Para Igualdade de Oportunidades de Emprego nos Estados Unidos)

<http://www.eeoc.gov/>
Este site apresenta fatos sobre emprego e discriminação, cumprimento da lei, disputas legais, e assistência técnica.